



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 11, DE 2014

Ofício n.º 245 /MI

Brasília, 29 de maio de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
70.160-900 Brasília - DF

Assunto: **Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º Semestre de 2013.**

Senhor Presidente,

1. Com os meus cordiais cumprimentos, faço referência aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que dispõem sobre a fiscalização e o controle dos relatórios do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) pelas comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como pela Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

2. A propósito, encaminho a Vossa Excelência três vias do relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no 1º Semestre de 2013, acompanhado das Demonstrações Contábeis de 30.06.2013, devidamente auditadas; três vias do Parecer-Conjunto n.º 26/2013-SFRI/SUDECO, de 29.11.2013, do Ministério da Integração Nacional; e três vias da Resolução Condel/Sudeco n.º 019/2013, de 06.12.2013, publicada no DOU de 09.12.2013, Seção 1, p. 48.

3. Informo que o referido Relatório foi aprovado *ad referendum* do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme Resolução Condel/Sudeco n.º 019/2013, de 06.12.2013, publicada no DOU de 09.12.2013, Seção 1, p. 48, bem como discutido e votado na 4ª Reunião Ordinária do Conselho, ocorrida em 25.03.2014.

Atenciosamente,

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA
Ministro de Estado da Integração Nacional, Interino
Presidente do Condel/Sudeco

recebido em
29/05/14, 13:50
Echmal

Relatório de Gestão do FCO

1º Semestre de 2013

Brasília (DF) - Maio de 2014

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/SUDECO**

RESOLUÇÃO N.º 019/2013, de 06 de dezembro de 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO DO FCO.

- 1º Semestre de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas “c” e “d”, do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, *ad referendum* do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2013, acompanhado do Parecer-Conjunto n.º 26-SFRI/SUDECO, de 29.11.2013, do Ministério da Integração Nacional, recomendando às Instituições Operadoras a adoção das providências a seguir:

- a) ao Banco do Brasil S.A. que, em articulação com os Governos dos Estados de Goiás e Mato Grosso e do Distrito Federal e com os demais administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envide esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel (item 8.6.3 do Parecer-Conjunto); e
- b) ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel (item 8.8 do Parecer-Conjunto).

Brasília (DF), 06 de dezembro de 2013.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA
Presidente do CONDEL/SUDECO



ANEXO I

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Secretaria de Desenvolvimento Regional

ANÁLISE TÉCNICA			
INFORMAÇÃO			
Nº PROCESSO			
UNIDADE GESTORA			
FAVORECIDO			
CONVÊNIO Nº			
SIAFI Nº			
VIGÊNCIA			
RECURSOS PACTUADOS	Concedente R\$	Proponente R\$	Total R\$
OBJETO			
CATEGORIA ECONÔMICA (1)			
CATEGORIA ECONÔMICA (2)			

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA	FOLHAS
1. Relatório de Cumprimento do Objeto				
2. Relatório de bens adquiridos, produzidos ou construídos				
3. Termo de aceitação definitiva da obra				
4. Declaração do gestor de cumprimento dos objetivos pactuados no instrumento				
5. Outros				
Relacionar os documentos				

DOCUMENTOS SUBSTITUTIVOS			
Relatório de Cumprimento do Objeto			
Nº Documento	Qual documento?	Folhas	
1. Declaração do gestor de cumprimento dos objetivos do instrumento	()		
2. Relatório de serviços prestados	()		
3. Relatório de Fiscalização in loco do MI	()		
4. Relatório de atividades/realização do instrumento	()		
5. Fotos (não pode conter só este item para dispensar o documento)	()		
6. Relatório de treinamento em capacitação (entendimento, cadastro, diários e frequência)	()		
7. Outros (caso existam outros documentos relacionados justificando abaixo)	()		
Justificativa:			
Relatório de bens adquiridos, produzidos ou construídos			
Nº Documento	Qual documento?	Folhas	
1. Relatório de Pagamentos	()		
2. Notas Fiscais	()		
3. Relatório/Relatório de recolhimento de bens	()		
4. Relatório declaração do gestor descrevendo os bens adquiridos	()		
5. Fotos (não pode conter só este item para dispensar o documento)	()		
6. Relatório de Fiscalização in loco do MI	()		
7. Cópias de cheques, ordens bancárias e comprovantes de transferências	()		
8. Outros (caso existam outros documentos relacionados justificando abaixo)	()		
Observações:			
3.1. Termo de Aceitação Definitiva da Obra			
Nº Documento	Qual documento?	Folhas	
1. Fotos (não pode conter só este item para dispensar o documento)	()		
2. Relatório de Fiscalização in loco do MI	()		
3. Relatório de Fiscalização in loco das Secretarias Estaduais	()		
4. Declaração do gestor de cumprimento do objeto de acordo com o pactuado	()		
5. Declaração do executor responsável pela obra	()		
6. Relatório de medições da obra	()		
7. Outros (caso existam outros documentos relacionados justificando abaixo)	()		
Observações:			

EXECUÇÃO			
Meta física			
Execução Integral ()	Execução Parcial ()	Não Execução ()	Impossível Concluir ()
Base documental (citar os documentos e folhas):			
Comentários adicionais:			
Parecer final:			
APROVADO ()	APROVADO PARCIALMENTE ()	REPROVADO ()	OFICIAR GESTOR ()
Assinaturas:			

ANEXO II

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Secretaria Executiva
Departamento de Gestão Interna
Coordenação Geral de Prestação de Contas de Convênios

ANÁLISE FINANCEIRA			
INFORMAÇÃO			
Nº PROCESSO			
UNIDADE GESTORA			
FAVORECIDO			
CONVÊNIO Nº			
SIAFI Nº			
VIGÊNCIA			
RECURSOS PACTUADOS	Concedente R\$	Proponente R\$	Total R\$
OBJETO			
CATEGORIA ECONÔMICA (1)			
CATEGORIA ECONÔMICA (2)			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013120900048

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA	FOLHAS
DOCUMENTOS				
1. Relatório de execução físico-financeira				
2. Demonstrativo de execução da receita e despesa evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos				
3. Relatório de Pagamentos				
4. Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária quando for o caso				
5. Extrato da conta investimento				
6. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos				
7. Despacho Adjudicatário e Homologação das Licitações				

1. Caso os extratos não acompanhem a prestação de contas solicitar o envio dos mesmos ao Banco do Brasil e/ou a Caixa Econômica Federal.
2. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos também pode ser obtido pelo SIAFI.

DOCUMENTOS SUBSTITUTIVOS			
Relatório de execução físico-financeira e/ou Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa			
Nº Documento	Qual documento?	Folhas	
1. Extrato bancário da conta específica	()		
2. Extrato da conta investimento	()		
3. Relatório de pagamentos	()		
Observações:			
Relatório de Pagamentos			
Nº Documento	Qual documento?	Folhas	
1. Notas Fiscais Identificadas	()		
2. Ordens bancárias, comprovante de transferência, desde que compatíveis com os lançamentos na conta corrente/investimento e com as notas fiscais	()		
Despacho Adjudicatário Homologação das Licitações			
Nº Documento	Qual documento?	Folhas	
1. Atas	()		
2. Publicação do resultado da Licitação em Diário Oficial da União	()		

CONCLUSÃO			
APROVADO ()	APROVADO PARCIALMENTE ()	REPROVADO ()	OFICIAR GESTOR ()
Comentários adicionais:			
Assinaturas:			

CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) - Programação do FCO para 2014.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido no art. 10, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, no art. 14, inciso II, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e no art. 8º, inciso XII, alínea "b", do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, ad referendum do Conselho, a Proposta de Aplicação dos Recursos do FCO para o exercício de 2014, formulada pelo Banco do Brasil S.A., com as recomendações constantes do Parecer-Conjunto nº 27/2013-SFRI/SUDECO, de 29.11.2013, a saber:

a) revisar as estimativas constantes dos Quadros "Recursos Previstos para 2014", "Recursos Previstos por UF e Setor", "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Ponto" e "Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR" do Título II - Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2014, atualizando-os com base nos números que forem apurados em 31.12.2013;

b) efetuar os ajustes propostos pelo Ministério da Integração Nacional no Anexo do Parecer-Conjunto nº 27/2013-SFRI/SUDECO, de 29.11.2013.

2. O Banco do Brasil S.A. deverá encaminhar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), até 31.01.2014, impreterivelmente, nova versão da Programação, com a incorporação das alterações acima.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2013

Relatório de Gestão do FCO, 1º Semestre de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e o § 2º, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, ad referendum do Conselho, o Relatório de Gestão do FCO formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2013, acompanhado do Parecer-Conjunto nº 26-SFRI/SUDECO, de 29.11.2013, do Ministério da Integração Nacional, recomendando às Instituições Operadoras a adoção das providências a seguir:

A) ao Banco do Brasil S.A. que, em articulação com os Governos dos Estados de Goiás e Mato Grosso e do Distrito Federal e com os demais administradores do FCO, definidos na Lei nº 7.827, de 27.09.1989, envie esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica", de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel (item 8.6.3 do Parecer-Conjunto); e

B) ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei nº 7.827, de 27.09.1989, enviem esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia "estagnada" e "dinâmica", de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel (item 8.8 do Parecer-Conjunto).

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
BANCO DO BRASIL S.A.
DIRETORIA DE GOVERNO

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2013

Brasília (DF) - 2013

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2013

Gerência de Fundos e Programas
Divisão de Administração de Fundos e Programas Federais

Brasília (DF) – 2013

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	8
2.	Apresentação	8
3.	Competências Institucionais da Unidade	8
4.	Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais	11
5.	Programas e Linhas de Financiamento.....	19
5.1.	Contratações por Programa e Unidade Federativa	20
5.2.	Contratações por Porte, Programa e UF.....	21
5.3.	Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços.....	22
5.4.	Financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas.....	23
5.5.	Contratações com beneficiários que obtiveram financiamento pela 1º vez	24
6.	Repasse de recursos para outras Instituições.....	25
7.	Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)	26
8.	Situação da Demanda	27
8.1.	Demanda Total	27
8.2.	Demanda Não Atendida	28
9.	Situação da Carteira de Financiamentos	30
9.1.	Financiamentos – Programa e Unidade Federativa.....	30
9.2.	Financiamentos – Porte e Unidade Federativa.....	30
9.3.	Financiamentos – Risco de Crédito.....	31
9.4.	Financiamentos – Vencimento	31

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

BB – Banco do Brasil S.A.

CDE – Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal

CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMN – Conselho Monetário Nacional

CONDEL/SUDECO – Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

CONVIR – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural

CTCR - Câmaras Técnicas de Crédito Rural

DOU – Diário Oficial da União

EI – Empreendedores Individuais

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IR – Imposto de Renda

MGE – Médias e Grandes Empresas

MI – Ministério da Integração Nacional

MPE – Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária

PDCO – Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PRDCO – Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-RA – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Reforma

Agrária

RFB – Receita Federal do Brasil

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SEC - Securitização

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

UF – Unidade Federativa

Lista de Tabelas e Anexos

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Contratações do Pronaf	12
Quadro 2 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf	12
Quadro 3 – Contratações Pronaf-RA	12
Quadro 4 – Projetos de apoio ao menor porte.....	13
Quadro 5 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente.....	15
Quadro 6 – Projetos de turismo.....	16
Quadro 7 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais	17
Quadro 8 – Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas.....	17
Quadro 9 – Contratações na RIDE	18
Quadro 10 – Contratações por Tipologia e UF	19
Quadro 11 – Contratações por Programa, Porte e UF	19
Quadro 12 – Contratações por Programa e UF	20
Quadro 13 – Contratações por Porte e Linha de Financiamento.....	21
Quadro 14 – Contratações por Porte e UF	22
Quadro 15 – Contratações da Linha Comercial e de Serviços	22
Quadro 16 – Limites/tetos para financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas junto a empreendedores individuais, mini/micro e pequenos e pequeno-médios tomadores.....	23
Quadro 17 – Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro e pequenos e pequeno-médios tomadores.....	23
Quadro 18 – Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a médios e grandes tomadores	24
Quadro 19 – Contratações com novos beneficiários	24
Quadro 20 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte.....	25
Quadro 21 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais.....	26
Quadro 22 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia	26
Quadro 23 – Realização da Previsão Orçamentária	26
Quadro 24 – Propostas Contratadas e Não atendidas por UF	27
Quadro 25 – Propostas Contratadas e Não atendidas por Programa e Porte.....	27
Quadro 26 – Motivo de não atendimento de demandas por UF.....	28
Quadro 27 – Motivo de não atendimento de demandas por Programa	29

Quadro 28 – Motivo de não atendimento de demandas por Porte	29
Quadro 29 – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento	29
Quadro 30 – Saldos por programa e UF.....	30
Quadro 31 – Saldos por porte e UF.....	30
Quadro 32 – Carteira por risco.....	31
Quadro 33 – Saldos vincendos e vencidos (por parcelas).....	31
Quadro 34 – Inadimplência por risco (por parcelas).....	31
Quadro 35 – Saldos vencidos (Inad 90)	32

1. Introdução

Este Relatório de Gestão do 1º Semestre do Exercício de 2013, foi elaborado em atendimento ao parágrafo V do Artigo 15 e Artigo 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O Relatório busca demonstrar os resultados alcançados e o desempenho dos recursos do Fundo durante o 1º semestre de 2013 e o estado dos recursos e aplicações do FCO ao final do semestre.

Em função da apresentação de alguns quadros em R\$ milhões e R\$ mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar divergências decorrentes de arredondamentos.

2. Apresentação

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), foi criado por meio da Lei n.º 7.827/1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO é restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com o IBGE, a região conta com 467 municípios.

De acordo com o art. 6º da Lei 7.827/1989, os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

3. Competências Institucionais da Unidade

Conforme art. 13 da Lei 7.827/1989, a administração do FCO é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB), observadas as atribuições previstas na legislação.

Ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (art. 14 da Lei 7.827/1989), cabe:

- a) estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- b) aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;

- d) encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o item “b”, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

O Ministério da Integração Nacional (art. 14-A da Lei 7.827/1989) é responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
- c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

O Banco do Brasil S.A. (art. 15 da Lei 7.827/1989) tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de financiamento de acordo com os programas aprovados pelo Condrel/Sudeco;
- b) definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes do programa de financiamento aprovado pelo Condrel/Sudeco;
- c) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao MI e ao Condrel/Sudeco; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos e a renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo CMN.

No exercício das atribuições legais de administrador do Fundo, o BB realiza, entre outras, as seguintes atividades:

- a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
- b) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU;
- c) informações gerenciais ao Condrel/Sudeco, MI, e outros órgãos públicos federais e estaduais;
- d) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
- e) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
- f) publicação do balanço semestral;
- g) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público interno e externo;
- h) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
- i) representação junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
- j) relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores; e
- k) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

Anualmente, o Banco do Brasil S.A. elabora a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte com base nas diretrizes da Lei 7.827/1989 e em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO).

Na formulação da proposta, o Banco observa, ainda, as diretrizes e orientações gerais fixadas pelo MI e as diretrizes e prioridades fixadas pelo Condel/Sudeco. Até o dia 30 de setembro de cada ano o BB encaminha ao MI, a proposta para análise.

A Programação do FCO para 2013 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), em consonância com:

- a) as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827/1989;
- b) as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria n.º 386, de 04.07.2012, publicada no DOU de 05.07.2012; Portaria n.º 592, de 01.11.2012, publicada no DOU de 05.11.2012; e Portaria n.º 694, de 13.12.2012, publicada no DOU de 14.12.2012);
- c) as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Resolução Condel/Sudeco n.º 003, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012);
- d) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- e) o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO); e
- f) as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

Os financiamentos com recursos do Fundo são segmentados por Programas e Linhas de financiamentos, conforme a seguir:

Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE):

- Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais (EI);
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);
- Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC):

- Modalidade 1: Conservação da Natureza; e
- Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira;

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Reforma Agrária (Pronaf RA) – Planta Brasil.

Programa de FCO para Repasse:

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

4. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

Para efeito de aplicação dos recursos do FCO para o exercício de 2013, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco, com base nas sugestões das UF's, e aprovadas pelo Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.º 003, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012). A seguir destacamos os resultados alcançados, no 1º semestre de 2013, no atendimento às atividades consideradas prioritárias:

a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações;

Projetos de apoio à agricultura familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**

No 1º semestre de 2013, o FCO financiou 6.027 operações do Pronaf, com investimento total de R\$ 137,2 milhões, conforme o quadro a seguir, por Unidade da Federação:

Quadro 1 – Contratações do Pronaf

(R\$ mil)

Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	160	2.852	1.033	1.982	6.027
Valor	2.939	53.736	23.688	56.805	137.168

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O Estado de GO destacou-se pela maior quantidade de empreendimentos financiados ao abrigo do Pronaf, com a realização de 2.852 operações, correspondentes a 47,3% do total das operações contratadas. Já em relação ao montante contratado no Centro-Oeste, o Estado do MT destacou-se pela aplicação de R\$ 56,8 milhões, o que corresponde a 41,4% do total contratado no Programa no 1º semestre de 2013.

O demonstrativo a seguir apresenta a quantidade de postos de trabalho gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf:

Quadro 2 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf

Empregos	DF	GO	MS	MT	Total
Diretos	233	4.326	1.891	4.514	10.964
Indiretos	329	6.106	2.708	6.422	15.565
Total	562	10.432	4.599	10.936	26.529

Posição: 30.06.2013

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais – Banco do Brasil

• Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Reforma Agrária (Pronaf RA) – Planta Brasil

Os valores previstos em cada UF para o Pronaf RA são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido no art. 7º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995 (10% dos recursos do FCO para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo INCRA). Cabe aos CEDRS definir sobre as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal aptas a receber os financiamentos.

No 1º semestre de 2013, o FCO financiou 462 operações contratadas no Pronaf RA, num montante de R\$ 5,4 milhões, com destaque para o Estado do MS que apresentou a maior quantidade de operações contratadas (57,4%) e o maior volume de financiamentos (63,0%).

Quadro 3 – Contratações do Pronaf-RA

(R\$ mil)

Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	3	146	265	48	462
Valor	15	1.658	3.395	317	5.385

Posição: 30.06.2013

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais – Banco do Brasil

Projetos de apoio aos mini e pequenos produtores rurais, empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações

O quadro a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em projetos de apoio ao menor porte no 1º semestre de 2013.

Quadro 4 – Projetos de apoio ao menor porte

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
21.205	R\$ 1.424,5 milhões

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

As contratações em projetos de apoio ao menor porte atingiram o montante de R\$ 1.424,5 milhões, sendo R\$ 915,4 milhões no setor empresarial (64,3%) e R\$ 509,1 milhões no setor rural (35,7%). O total contratado representa 50,4% do valor contratado no Centro-Oeste (R\$ 2.826,7 milhões) no 1º semestre de 2013, com destaque para a UF de GO, que foi a responsável por 36,1% (R\$ 514,0 milhões) das contratações de apoio ao menor porte.

Em quantidade de operações contratadas, os financiamentos a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais registraram 21.205 operações, o que representa 87,6% da quantidade de operações contratadas no 1º semestre de 2013 (24.200).

b) *projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:*

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 263,3 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na Região (96,2 mil diretos e 167,1 mil indiretos) no 1º semestre de 2013.

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2013, o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 4.516,2 milhões.

Apresentamos a seguir, exemplos de projetos que atendem à prioridade:

Valor da Operação: R\$ 84,0 milhões;

Finalidade: ampliação e adequação de uma fábrica de produtos de cosméticos, cuidados pessoais e higiene bucal;

Município/Tipologia: Senador Canedo (GO), município com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: incremento do faturamento de cerca de R\$ 975,0 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos para cerca de R\$ 218,1 milhões/ano; e geração de cerca de 2.420 empregos diretos.

Valor da Operação: R\$ 21,2 milhões;

Finalidade: ampliação e modernização de hospital;

Município/Tipologia: Brasília (DF), município com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento na quantidade de leitos de internação de 166 para 274; aumento na quantidade de leitos de UTI de 83 para 124; incremento de renda de R\$ 47,2 milhões em 2014; incremento de R\$ 30,6 milhões em 2014 na arrecadação de tributos; aumento no consumo de matéria-prima da própria região; e geração estimada de 600 empregos diretos e 1.800 empregos indiretos.

Valor da Operação: R\$ 41,8 milhões;

Finalidade: ampliação de um centro de distribuição;

Município/Tipologia: Goiânia (GO), município com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: incremento do faturamento de cerca de R\$ 200,0 milhões/ano; incremento aproximado de R\$ 113,7 milhões/ano na arrecadação de tributos; e geração de cerca de 230 empregos diretos.

Valor da Operação: R\$ 7,9 milhões;

Finalidade: ampliação, modernização, reforma e adequação ambiental e sanitária de indústria farmacêutica;

Município/Tipologia: Anápolis (GO), município com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da capacidade de produção contribuindo para a colocação de novas apresentações de produtos no mercado e preparando a empresa para o aumento da demanda na região, em torno de 11%; geração de 133 empregos diretos e outros indiretos, que não são possíveis de mensurar; e incremento de R\$ 5,7 milhões/ano na arrecadação de tributos.

Valor da Operação: R\$ 5,0 milhões;

Finalidade: implantação de uma loja filial no segmento de concessionária de veículos;

Município/Tipologia: Taguatinga (DF), município com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: incremento de renda de R\$ 200,0 milhões/ano; incremento de R\$ 9,0 milhões/ano na arrecadação de tributos; e geração estimada de 120 empregos diretos e 145 empregos indiretos.

Valor da Operação: R\$ 26,2 milhões;

Finalidade: implantação de indústria de ração;

Município/Tipologia: Rio Verde (GO), município com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: agregação de valor aos produtos *in natura* (milho/sorgo/soja) produzidos na região; elevação do consumo de matéria-prima em cerca de 144 mil toneladas por ano (100% desse volume são adquiridos de fornecedores locais); geração de 80 novos empregos diretos; e incremento de R\$ 3,5 milhões/ano na arrecadação de tributos.

- c) *projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:*

Com o objetivo de incentivar os projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, foi criada a Linha de Financiamento para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC). Na modalidade Conservação da Natureza foram contratadas 79 operações, no montante de R\$ 107,4 milhões, e na modalidade Integração Lavoura-Pecuária-Floresta foram contratadas 3 operações, no valor de R\$ 4,2 milhões.

Quadro 5 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Quantidade	Valor
82	R\$111,6 milhões

Posição: 30.06.2013
Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Destaque para o estado do MS, que foi responsável por 60,4% do volume contratado (R\$ 67,4 milhões).

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

- d) *projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:*

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar a capacidade operacional, racionalizar os custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem à prioridade:

Valor da Operação: R\$ 5,0 milhões;

Finalidade: implantação de armazém graneleiro;

Município/Tipologia: Rio Verde (GO), município com tipologia de alta renda;

Programa Utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o investimento proporcionará a adequação da capacidade de recepção, limpeza e armazenamento de grãos, e dessa forma, contribuirá com o acréscimo da renda regional, favorecendo o crescimento sócio-econômico da região, com a geração de emprego, renda, melhor regulação do mercado e maior participação dos cooperados. O projeto prevê a capacidade de receber cerca de 2,2 milhões de toneladas de soja

(100% serão recebidos de cooperados da região), com a geração de 20 novos empregos diretos e a arrecadação de R\$ 43,6 milhões em tributos por ano.

Valor da Operação: R\$ 13,8 milhões;

Finalidade: implantação de indústria de Leite Longa Vida, por cooperativa;

Município/Tipologia: Rio Verde (GO), município com tipologia alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: agregação de valor aos produtos *in natura* (leite) produzidos nas áreas de atuação da cooperativa e recebidos de seus associados, estimulando-os a se manterem na atividade, promovendo o crescimento sócio-econômico da região, com a geração de emprego, renda, melhor regulação do mercado e maior participação dos cooperados. O projeto prevê a elevação do consumo de matéria-prima em cerca de 72 milhões de litros (100% adquiridos de fornecedores locais), com a geração de 30 novos empregos diretos e a arrecadação de R\$ 13,7 milhões em tributos por ano.

- e) *projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;*

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e MGE, visando incrementar o volume de negócios.

De janeiro a junho de 2013 foram contratados R\$ 134,1 milhões no âmbito dessas linhas de financiamento, por meio de 847 operações. Dessas, 5 operações foram contratadas em apoio à Copa do Mundo de 2014, num total de R\$ 71,3 milhões.

Destaque para o DF, que apresentou o maior número de operações no segmento, com 264 operações (31,2%) e o maior volume de recursos contratados, R\$ 88,8 milhões (66,2%).

Quadro 6 – Projetos de turismo

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Quantidade	Valor
847	R\$ 134,1 milhões

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Diretoria Comercial do Banco do Brasil

- f) *projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR;*

- *municípios da Faixa de Fronteira;*
- *municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;*
- *municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e*
- *municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada e dinâmica.*

O quadro a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em atendimentos a essas prioridades no 1º semestre de 2013:

Quadro 7 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade (R\$ milhões)					
Espaços Prioritários	Qtde	Valor	Previsto para o exercício 2013	% de atingimento no 1º semestre	
Municípios da Faixa de Fronteira	4.489	R\$ 418,7	R\$ 732,1	57,2	
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	2.147	R\$ 156,0	R\$ 308,2	50,6	
Municípios Goianos da RIDE	612	R\$ 69,8	R\$ 104,6	66,7	
Municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	11.793	R\$ 1.339,3	R\$ 2.300,8	58,2	

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira

As aplicações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 no MS e 28 no MT) totalizaram R\$ 418,7 milhões no 1º semestre de 2013, o que representa 57,2% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2013 (R\$ 732,1 milhões).

Contratações nos Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas nos municípios de Goiás integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, segregados em porte do mutuário e programa de financiamento:

Quadro 8 – Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas
(R\$ mil)

Porte	Empresarial		Rural		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Grande	1	200	28	10.867	29	11.067
Médio	29	7.202	82	18.465	111	25.667
Pequeno-Médio	51	7.227	44	15.278	95	22.505
Pequeno	650	55.348	743	25.578	1393	80.926
Mini/Micro	49	2.747	466	13.114	515	15.861
EI	4	24	-	-	4	24
Total	784	72.748	1.363	83.301	2.147	156.049

Posição: 30.06.2012

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2013, foram contratados R\$ 156,0 milhões nos municípios integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, o que representa 50,6% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2013 (R\$ 308,2 milhões).

Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Municípios Goianos da RIDE

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no DF e nos 19 municípios do estado de GO integrantes do Entorno do DF, que compõem a RIDE:

Quadro 9 – Contratações na RIDE

UF *	Municípios Existentes	Municípios com Operações	Valor Aplicado (R\$ mil)
DF	1	1	382.309
GO	19	19	69.792
Total	20	20	452.101

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2013, foram contratados R\$ 69,8 milhões nos municípios goianos integrantes da RIDE, o que representa 66,7% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2013 (R\$ 104,6 milhões).

Contratações nos Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR

A definição da tipologia do município de localização do empreendimento segue as definições do MI e tem a sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

- Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões, etc); e
- Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e tem o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais.

A classificação da tipologia está definida conforme a seguir:

Alta Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998;
Dinâmica	Inclui baixa e média renda dinâmicas: Média: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998 e; Baixa: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998;
Estagnada	Inclui apenas a média renda estagnada: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998; e

Essa classificação é considerada na definição de prioridades para a aplicação de políticas de desenvolvimento e no estabelecimento de limites financeiros.

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no 1º semestre de 2013 por Tipologia e UF, conforme previsto na Programação Anual do FCO:

(R\$ mil)

Tipologia	DF		GO		MS		MT		(R\$ mil)	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	2.587	382.309	6.215	697.047	1.235	123.398	2.370	284.634	12.407	1.487.388
Dinâmica	-	-	929	60.300	910	64.721	2278	190.986	4.117	316.007
Estagnada	612	69.792	2.221	318.886	3.338	438.880	1.505	195.769	7.676	1.023.327
Total	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Na Região Centro-Oeste não existe nenhum município classificado como de Baixa Renda. No 1º semestre de 2013, os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 48,7% das operações contratadas no período e 47,4% dos recursos utilizados. Os municípios de Alta Renda representaram 51,3% das operações contratadas e 52,6% dos recursos utilizados.

Os municípios de Rendas Estagnada e Dinâmica, atingiram 58,2% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2013 (R\$ 2.300,8 milhões) para o espaço prioritário.

Os financiamentos com recursos do Fundo são segmentados por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados nos programas e linhas de financiamentos, a seguir:

(R\$ mil)

[illegible]

Rural	180	41.211	1.454	327.366	1.130	328.041	603	269.595	3.367	966.213
Desenvolvimento Rural	170	39.190	1.436	323.124	1.091	257.735	560	222.511	3.257	842.561
Agropecuária Irrigada	1	570	-	-	2	227	-	-	3	797
Convir	-	-	2	1.169	1	35	3	2.850	6	4.053
ABC - Conservação da Natureza	8	1.261	14	3.008	28	63.486	26	38.780	76	106.534
ABC - ILPF	-	-	-	-	2	3.902	1	248	3	4.150
Retenção de Matrizes	-	-	1	34	5	2.607	13	5.207	19	7.848
Desenv. Aquicultura	1	190	-	-	-	-	-	-	1	190
Desenvolvimento da Pesca*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adequação do Sistema de Produção Pecuária na Região de Fronteira	-	-	1	31	1	50	-	-	2	81
Pronaf	163	2.954	2.998	55.394	1.298	27.083	2.030	57.122	6.489	142.554
Pronaf	160	2.939	2.852	53.736	1.033	23.688	1.982	56.805	6.027	137.168
Pronaf-RA	3	15	146	1.658	265	3.395	48	317	462	5.385
Empresarial Repasse	17	8.876	10	5.932	4	1.549	13	1.373	44	17.729
Industrial	3	1.645	3	2.162	-	-	1	100	7	3.908
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	2	2.327	-	-	1	100	3	2.427
Comércio e Serviço	14	7.231	5	1.442	4	1.549	11	1.173	34	11.394
Ciência, Tecnologia e Inovação*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural Repasse	4	1.116	31	3.890	16	8.980	14	1.597	65	15.583
Desenvolvimento Rural	1	216	31	3.890	16	8.980	13	1.507	61	14.593
Convir	-	-	-	-	-	-	1	90	1	90
ABC - Conservação da Natureza	3	900	-	-	-	-	-	-	3	900
Total Geral	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722

*Não houve contratações na linha de Ciência Tecnologia e Inovação e na Linha de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca no

1º semestre de 2013.

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

5.1. Contratações por Programa e Unidade Federativa

No 1º semestre de 2013 foram contratadas 24.200 operações, totalizando R\$ 2.826,7 milhões. Os financiamentos do Programa de FCO Empresarial somaram R\$ 1.702,4 milhões, representando 60,2% do montante contratado, enquanto as contratações do Programa de FCO Rural atingiram R\$ 1.124,3 milhões, equivalentes a 39,8% do total aplicado no período.

Quadro 12 – Contratações por Programa e UF

Programas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	2.852	406.820	4.882	689.583	3.039	262.896	3.506	343.074	14.279	1.702.373
Industrial	348	46.818	1.131	434.091	352	56.285	456	69.080	2.287	606.275
Infraestrutura	3	640	10	7.961	3	492	7	968	23	10.061
Turismo	264	88.793	214	21.363	190	10.651	179	13.337	847	134.145
Comércio e Serviços	2.237	270.568	3.527	226.167	2.494	195.468	2.864	259.688	11.122	951.892
Rural	347	45.281	4.483	386.650	2.444	364.103	2.647	328.314	9.921	1.124.349
Pronaf Demais	160	2.939	2.852	53.736	1.033	23.688	1.982	56.805	6.027	137.168
Pronaf-RA	3	15	146	1.658	265	3.395	48	317	462	5.385
Demais Rurais	184	42.327	1485	331.256	1146	337.021	617	271.192	3.432	981.796
Total Geral	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O Estado de GO manteve posição de destaque na contratação de operações, respondendo por 38,7% da quantidade e 38,1% do volume contratado no 1º semestre de 2013.

Dos recursos contratados no DF, R\$ 69,8 milhões foram dirigidos aos municípios goianos participantes da RIDE, representando 15,4% do total de R\$ 452,1 milhões.

Quanto à quantidade de operações contratadas, a Linha Comércio e Serviços (Programa de FCO Empresarial) obteve participação expressiva, representando 46,0% (11.122 operações) do total de operações contratadas. Já em relação ao volume contratado, destaque para a Linha Demais Rurais (Programa de FCO Rural) com 34,7% (R\$ 981,8 milhões).

No 1º semestre de 2013, não foram observadas operações contratadas com recursos do FCO em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Também não foram registradas operações com vistas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas (art. 44 da Lei 11.775, de 17.09.2008) na Linha de Financiamento para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza.

5.2. Contratações por Porte, Programa e UF

As contratações no 1º semestre de 2013, em valores nominais, por porte do beneficiário e Programa de Financiamento estão representadas no quadro a seguir:

Quadro 13 – Contratações por Porte e Linha de Financiamento

							(R\$ mil)
Linhas de Financiamento	Grande	Médio	Pequeno-médio	Pequeno	Mini/Micro	EI	Total
Industrial							
Quantidade	19	71	277	1.815	93	12	2.287
Valor	388.114	27.210	41.367	146.821	2.708	54	606.275
Infraestrutura							
Quantidade	1	-	6	16	-	-	23
Valor	6.846	-	899	2.316	-	-	10.061
Turismo							
Quantidade	-	9	49	703	82	4	847
Valor	-	64.210	6.669	57.164	6.086	16	134.145
Comércio e Serviços							
Quantidade	41	218	874	9.187	743	59	11.122
Valor	47.917	73.724	130.006	675.872	23.511	861	951.892
Pronaf Demais							
Quantidade	-	-	-	4.018	2.009	-	6.027
Valor	-	-	-	99.974	37.194	-	137.168
Pronaf-RA							
Quantidade	-	-	-	138	324	-	462
Valor	-	-	-	1.554	3.831	-	5.385
Demais Rurais							
Quantidade	328	640	462	1.158	844	-	3.432
Valor	153.862	239.861	221.566	281.995	84.511	-	981.796
Total Geral	389	938	1.668	17.035	4.095	75	24.200
	596.739	405.006	400.508	1.265.698	157.841	931	2.826.722

Posição: 30.06.2013

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

Os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 1.825,0 milhões (64,6%), sendo R\$ 1.094,4 milhões (60,0%) no setor empresarial e R\$ 730,6 milhões (40,0%) no setor rural, com ênfase para os pequenos tomadores, que foram responsáveis por 48,3% (R\$ 882,2 milhões) do volume contratado e 51,2% (11.721) da quantidade de operações.

No quadro Contratações por Porte e UF abaixo, destaque para a UF de GO com 38,1% (R\$ 1.076,2 milhões) do total contratado no 1º semestre de 2013 (R\$ 2.826,7 milhões).

Quadro 14 – Contratações por Porte e UF

PORTE						(R\$ mil)
	DF	GO	MS	MT	TOTAL	(%)
Grande	41.310	385.252	73.682	96.496	596.739	21,1
Médio	105.113	84.407	91.715	123.771	405.006	14,3
Subtotal	146.423	469.659	165.396	220.267	1.001.745	35,4
Pequeno-médio	53.837	92.560	141.709	112.402	400.508	14,2
Pequeno	243.547	452.025	268.867	301.258	1.265.698	44,8
Mini/Micro	7.686	61.921	50.864	37.369	157.841	5,6
EI	608	68	162	93	931	0,0
Subtotal	305.678	606.574	461.603	451.122	1.824.977	64,6
Total Geral	452.101	1.076.233	626.999	671.389	2.826.722	100,0

Posição: 30.06.2013

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais

5.3. Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013, a assistência aos setores comercial e de serviços ficou limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

No 1º semestre de 2013, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 951,9 milhões, correspondentes a 57,6% do limite anual da Linha (R\$ 1.651,3 milhões), a 55,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões) e a 33,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões):

Quadro 15: Contratações da Linha Comercial e de Serviços

						(R\$ mil)
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício	(a)	1.045.830	1.596.267	1.266.005	1.596.267	5.504.368
Limite para Com. e Serv. no exercício	(b)	536.676	399.067	316.501	399.067	1.651.310
Contratado no 1º Semestre de 2013	(c)	270.568	226.167	195.468	259.688	951.892
% de Atingimento	(c/b)	50,4	56,7	61,8	65,1	57,6

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB - Programação do FCO para 2013

5.4. Financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas

A seguir estão demonstrados os Limites/Tetos estabelecidos para a finalidade e as regras previstas na Programação do FCO para 2013:

Quadro 16- Limites/tetos para financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas junto a Empreendedores Individuais, Mini/Micro e Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (R\$ mil)

Limite/Teto a ser observado							
UF	Limite (*)	Teto(**) †	Total	%	Rural	%	Empresarial %
DF	265.930	313.749	265.930	100	53.186	20	212.744 80
GO	682.247	478.880	478.880	100	239.440	50	239.440 50
MS	378.332	379.801	378.332	100	189.166	50	189.166 50
MT	365.222	478.880	365.222	100	182.611	50	182.611 50
Total	1.691.730	1.651.310	1.488.363		664.403		823.961

Posição 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Programação do FCO para 2013:

(*) Corresponde a três vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos e pequeno-médios tomadores, em cada UF (Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2013). Para o primeiro trimestre do ano, observa-se como limite de contratação o valor calculado com base na média mensal das contratações de investimento observadas no período de junho a novembro do ano anterior, multiplicada por três. (Inciso I da Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2013).

(**) Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício, em cada UF (Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2013).

No 1º semestre de 2013, para mini e pequenos tomadores, foram contratados R\$ 184,9 milhões (5.474 operações) no setor rural, correspondentes a 27,8% do Limite/Teto e R\$ 826,9 milhões (12.446 operações) no setor empresarial, correspondentes a 100,4% do Limite/Teto.

Quadro 17- Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a Empreendedores Individuais, Mini/Micro e Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores. (R\$ mil)

UF	Rural			Limite/Teto	Empresarial	
	Limite/Teto	Contratações até	% de Ating.		Contratações até	% de Ating.
		Junho/2013			Junho/2013	
DF	53.186	7.994	15,0	212.744	171.272	80,5
GO	239.440	40.693	17,0	239.440	275.844	115,2
MS	189.166	90.751	48,0	189.166	156.813	82,9
MT	182.611	45.472	24,9	182.611	222.976	122,1
Total	664.403	184.910	27,8	823.961	826.905	100,4

Posição 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Relativamente aos tomadores de maior porte, foram contratados R\$ 74,4 milhões (84 operações) no setor rural, correspondentes a 9,0% do Limite para o Exercício de 2013 e R\$ 83,3 milhões (311 operações) no setor empresarial, correspondentes a 30,3% do Limite para o Exercício de 2013.

Quadro 18 - Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a médios e grandes tomadores

(R\$ mil)

UF	Rural				Empresarial			
	Limite para o Exercício de 2013 (*)		Contratações até Junho/2013	% de Ating.	Limite para o Exercício de 2013 (**)		Contratações até Junho/2013	% de Ating.
	Valor	% de Partic.			Valor	% de Partic.		
DF	156.874	19	8.444	5,4	52.291	19	26.678	51,0
GO	239.440	29	26.868	11,2	79.813	29	12.036	15,1
MS	189.901	23	6.852	3,6	63.300	23	14.954	23,6
MT	239.440	29	32.283	13,5	79.813	29	29.624	37,1
Total	825.655	100	74.447	9,0	275.218	100	83.292	30,3

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Programação do FCO para 2013:

(*) A assistência a médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural, de Financiamento à Agropecuária Irrigada e de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, fica limitada a 15% dos recursos previstos para o exercício, respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (Nota 5 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2013).

(**) A assistência a médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MGE, fica limitada a 5% dos recursos previstos para o exercício, respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (Nota 4 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2013).

5.5. Contratações com beneficiários que obtiveram financiamento pela 1ª vez

No 1º semestre de 2013, foram realizadas 6.201 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 975,4 milhões, que representam 25,6% do total das contratações e 34,5% dos recursos aplicados no Centro-Oeste.

Quadro 19 – Contratações com novos beneficiários

(R\$ mil)

Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Grande	14	8.452	22	289.704	14	13.715	15	6.276	65	318.147
Médio	36	75.434	64	11.438	30	46.401	39	27.708	169	160.982
Pequeno-Médio	78	12.499	116	22.598	63	18.059	106	36.851	363	90.007
Pequeno	934	94.382	1.404	107.893	807	55.863	1.252	96.700	4397	354.837
Mini/Micro	77	3.477	414	19.964	375	14.271	269	12.766	1135	50.478
EI	7	608	16	68	30	147	19	93	72	916
Total	1.146	194.852	2.036	451.665	1.319	148.456	1.700	180.394	6.201	975.366

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O maior número de contratos realizados com novos beneficiários foi observado em GO (2.036) e no MT (1.700). Quanto ao volume de recursos aplicados, GO aplicou R\$ 451,7 milhões (46,3%) e o DF aplicou R\$ 194,9 milhões (20,0%).

6. Repasse de recursos para outras Instituições

O artigo 9º da Lei 7.827/89, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que, “observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”

Atualmente o Banco do Brasil mantém contrato com as instituições Banco de Brasília S.A. (BRB), Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Sicredi), Agência de Fomento de Goiás S.A (Goiás Fomento), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S.A. (MT Fomento).

As transferências de recursos iniciaram-se em novembro/2008 (BRB, Bancoob, Sicredi e Goiás Fomento), dezembro/2011 (BRDE) e maio/2012 (MT Fomento).

As contratações efetuadas por meio de repasse priorizam os segmentos de mini, micro e pequenos tomadores e abrangem os programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação Anual de Financiamento. As operações contratadas pelas instituições operadoras no 1º semestre de 2013 estão demonstradas a seguir:

Quadro 20 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte

(R\$ mil)														
	Bancoob		BRB		BRDE		GO Fomento		MT Fomento		Sicredi		Total	
Programas	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	-	-	17	8.876	8	5.792	9	784	3	1.499	7	779	44	17.729
Industrial	-	-	3	1.645	3	2.162	-	-	-	-	1	100	7	3.908
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	2	2.327	-	-	-	-	1	100	3	2.427
Com. e Serviços	-	-	14	7.231	3	1.302	9	784	3	1.499	5	579	34	11.394
Rural	11	1.584	-	-	-	-	41	5.329	13	8.670	-	-	65	15.583
Demais Rurais	11	1.584	-	-	-	-	41	5.329	13	8.670	-	-	65	15.583
Total	11	1.584	17	8.876	8	5.792	50	6.113	16	10.169	7	779	109	33.312
Portes	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pequeno	3	875	17	8.876	13	8.670	5	3.335	1	199	19	2.728	58	24.683
Mini/Micro	8	708	-	-	3	1.499	3	2.457	6	580	31	3.385	51	8.629
Total	11	1.584	17	8.876	16	10.169	8	5.792	7	779	50	6.113	109	33.312

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Embora o volume contratado (R\$ 33,3 milhões) seja relativamente pequeno (1,2% das contratações do 1º semestre de 2013), a sistemática de repasse de recursos para outras instituições representa mais uma ação no sentido de ampliar as possibilidades de aplicação dos recursos do FCO na região.

O quadro a seguir demonstra o resumo das contratações do Programa de FCO para Repasse, por espaços considerados prioritários pela PNDR:

Quadro 21 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Área	Qtde	R\$ milhões
		Valor
Municípios da Faixa de Fronteira	13	R\$ 6,2
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	10	R\$ 4,4
Municípios Goianos da RIDE	6	R\$ 1,7
Municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	37	R\$ 12,3

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2013

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse nos municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR, realizadas no 1º semestre de 2013, onde observa-se que os municípios classificados como de Alta Renda obtiveram percentual de operações contratadas igual a 63,0%, enquanto que os municípios classificados como de Rendas Estagnada e Dinâmica atingiram o percentual de 37,0%.

Quadro 22 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia

R\$ mil													
Tipologia	Bancoob		BRB		BRDE		Goiás Fomento		MT Fomento		Sicredi		Total
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde
Alta Renda	9	1.384	15	8.285	2	1.049	8	5.792	6	679	32	3.788	72
Dinâmica	2	200	-	-	2	3.434	-	-	1	100	12	1.028	17
Estagnada	-	-	2	592	12	5.685	-	-	-	-	6	1.296	20
Total	11	1.584	17	8.876	16	10.169	8	5.792	7	779	50	6.113	109

Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

7. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)

De acordo com a Programação do FCO para 2013, aprovada pela Resolução n.º 003, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, o montante de recursos para a aplicação no exercício de 2013 é de R\$ 5.504,4 milhões. Para efeito de comparação, no 1º semestre de 2013, o montante de recursos previstos para aplicação é de R\$ 2.630,1 milhões, conforme fontes a seguir discriminadas:

Quadro 23 – Realização da Previsão Orçamentária

Origem	(R\$ milhões)		
	Previsto 1º semestre 2013	Realizado 1º semestre 2013	(%)
Repasse do Tesouro Nacional	1.031,4	996,6	96,6%
Retornos de Financiamento	1.755,9	1.280,6	72,9%
Resultado Operacional	86,9	26,6	30,6%
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	529,4	529,4	100,0%
Recursos comprometidos a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(773,5)	(129,5)	16,7%
Total	2.630,1	2.703,7	102,8%

Posição: 30.06.2013

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Diretoria de Governo do Banco do Brasil

8. Situação da Demanda

8.1. Demanda Total

No 1º semestre de 2013, das 28.599 propostas acolhidas no BB, 24.200 foram contratadas e 4.399 não foram passíveis de atendimento pela instituição, resultando num percentual de atendimento de 84,6%.

Quadro 24 – Propostas Contratadas e Não atendidas por UF

Situação das Propostas:	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Contratadas	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722
Não Atendidas	910	130.883	1.480	683.878	873	405.165	1.136	916.417	4.399	2.136.342
Total	4.109	582.984	10.845	1.760.111	6.356	1.032.164	7.289	1.587.806	28.599	4.963.065

Posição: 30.06.2013

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Comercial do Banco do Brasil

O quadro a seguir apresenta as propostas contratadas e não atendidas distribuídas por Programa e Porte:

Quadro 25 – Propostas Contratadas e Não atendidas por Programa e Porte

Situação das Propostas	Contratadas		Não Atendidas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Programa						
FCO Empresarial	14.279	1.702.373	3.371	1.785.939	17.650	3.488.312
Industrial	2.287	606.275	569	1.204.950	2.856	1.811.225
Infraestrutura	23	10.061	152	81.949	175	92.010
Turismo	847	134.145	312	129.433	1.159	263.579
Com. e Serviços	11.122	951.892	2.338	369.607	13.460	1.321.498
FCO Rural	9.921	1.124.349	1.028	350.403	10.949	1.474.753
Pronaf-RA/Pronaf Demais	6.489	142.554	113	2.812	6.602	145.366
Demais Rurais	3.432	981.796	915	347.591	4.347	1.329.387
Total Geral	24.200	2.826.722	4.399	2.136.342	28.599	4.963.065
Porte						
FCO Empresarial	14.279	1.702.373	3.371	1.785.939	17.650	3.488.312
Grande	61	442.877	65	1.271.049	126	1.713.926
Médio	298	165.145	138	100.602	436	265.747
Pequeno-médio	1.206	178.942	380	114.384	1.586	293.326
Pequeno	11.721	882.174	2.454	287.523	14.175	1.169.697
Mini/Micro	918	32.305	311	12.252	1.229	44.557
EI	75	931	23	128	98	1.059
FCO Rural	9.921	1.124.349	1.028	350.403	10.949	1.474.753
Grande	328	153.862	4	11.514	332	165.376
Médio	640	239.861	29	23.695	669	263.557
Pequeno-médio	462	221.566	103	58.110	565	279.676
Pequeno	5.314	383.524	550	206.555	5.864	590.079
Mini/Micro	3.177	125.536	342	50.529	3.519	176.065
Total Geral	24.200	2.826.722	4.399	2.136.342	28.599	4.963.065

Posição: 30.06.2013

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Comercial do Banco do Brasil

No 1º semestre de 2013, as linhas de financiamentos do Pronaf foram responsáveis pelo maior percentual de atendimento em relação as propostas acolhidas, ou seja, das 6.602 propostas acolhidas, foram contratadas 6.489 operações (98,3%).

No que diz respeito ao porte, as pequenas empresas e os pequenos produtores rurais destacam-se tanto em quantidade de operações contratadas (17.035 operações) como em quantidade de propostas acolhidas (20.039 propostas).

Os grandes produtores rurais tiveram o maior percentual de atendimento em relação as propostas acolhidas, ou seja, foram contratadas 328 operações (98,8%) das 332 propostas acolhidas. Já no segmento de grandes empresas, esse percentual foi de 51,6% (das 126 propostas apresentadas foram contratadas 61 operações).

8.2. Demanda Não Atendida

Os quadros a seguir apresentam a distribuição das 4.399 propostas não atendidas no 1º semestre de 2013, onde destaca-se que apenas 4 propostas foram indeferidas ou canceladas:

Quadro 26 – Motivo de não atendimento de demandas por UF

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		(R\$ mil) Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Carta Consulta em Análise	174	43.366	283	173.204	194	43.451	297	114.785	948	374.806
Projeto em Elaboração	164	23.319	168	35.859	133	38.324	213	47.694	678	145.197
Propostas em Análise	170	26.642	174	60.618	122	178.727	202	70.289	668	336.277
Pendente de Documentação	53	3.990	86	7.437	42	3.718	56	5.079	237	20.224
Em Contratação	349	33.565	768	405.961	381	140.844	366	676.773	1.864	1.257.144
Indeferidas/Canceladas	-	-	1	798	1	100	2	1.796	4	2.694
Total de Propostas	910	130.883	1.480	683.878	873	405.165	1.136	916.417	4.399	2.136.342

Posição: 30.06.2013

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Comercial do Banco do Brasil

Em termos de quantidade de propostas não atendidas, o setor empresarial apresentou 76,6% (3.371) e o setor rural 23,4% (1.028). Quanto ao volume de recursos não contratados no período, o setor empresarial representou 83,6% (R\$ 1.785,9 milhões) e o setor rural apresentou 16,4% (R\$ 350,4 milhões). A Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial foi a responsável pelo maior volume de propostas apresentadas e não atendidas, R\$ 1.204,9 mil (56,4%).

Quadro 27 – Motivo de não atendimento de demandas por Programa

Programas	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente Documentação		Em Contratação		Indeferidas/Canceladas		Total de Propostas Apresentadas	
	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr
Empresarial	819	328.609	441	75.662	480	246.582	150	11.576	1.478	1.121.828	3	1.683	3.371	1.785.939
Industrial	139	171.946	56	14.907	80	156.529	25	2.572	268	858.198	1	798	569	1.204.950
Infraestrutura	27	4.061	24	5.348	24	4.274	3	270	74	67.996	-	-	152	81.949
Turismo	82	26.804	54	10.015	41	10.424	10	695	125	81.495	-	-	312	129.433
Com. e Serviços	571	125.797	307	45.391	335	75.355	112	8.039	1.011	114.139	2	885	2.338	369.607
Rural	129	46.197	237	69.535	188	89.694	87	8.649	386	135.316	1	1.011	1.028	350.403
Pronaf RA Demais	-	-	-	-	5	254	50	1.335	58	1.223	-	-	113	2.812
Demais Rurais	129	46.197	237	69.535	183	89.440	37	7.313	328	134.094	1	1.011	915	347.591
Total	948	374.806	678	145.197	668	336.277	237	20.224	1.864	1.257.144	4	2.694	4.399	2.136.342

Posição: 30.06.2013

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Comercial do Banco do Brasil

No tocante ao porte dos tomadores de financiamentos, verifica-se que as pequenas empresas e os pequenos produtores rurais apresentaram o maior número de propostas pendentes de contratação (2.891), seguidos das microempresas e mini produtores rurais (653).

Quadro 28 – Motivo de não atendimento de demandas por Porte

Setor/ Porte	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente de Documentos		Em Contratação		Indeferidas/Canceladas		Tt. Propostas Apresentadas	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Rural	129	46.197	237	69.535	188	89.694	87	8.649	386	135.316	1	1.011	1.028	350.403
Agricultor Familiar	-	-	-	-	5	254	50	1.335	58	1.222	-	-	113	2.812
Mini	50	6.600	109	18.061	54	7.807	14	932	115	17.130	-	-	342	50.529
Pequeno	62	25.835	102	39.990	100	59.829	15	1.949	158	76.140	-	-	437	203.743
Pq-Médio	15	12.993	24	10.959	22	14.183	6	1.475	35	17.489	1	1.011	103	58.110
Médio	2	769	2	526	5	5.301	2	2.958	18	14.142	-	-	29	23.695
Grande	-	-	-	-	2	2.320	-	-	2	9.194	-	-	4	11.514
Empresarial	819	328.609	441	75.662	480	246.582	150	11.576	1.478	1.121.828	3	1.683	3.371	1.785.939
EI	7	31	4	35	2	10	-	-	10	50	-	-	23	128
Micro	99	5.496	34	1.307	28	1.499	8	98	142	3.851	-	-	311	12.252
Pequeno	571	94.855	325	48.254	340	50.333	126	9.401	1.091	84.580	1	100	2.454	287.523
Pq-Média	92	46.750	62	17.411	71	26.630	12	1.754	142	21.041	1	798	380	114.384
Média	32	15.775	14	7.754	31	32.250	4	322	56	43.714	1	785	138	100.602
Grande	18	165.699	2	900	8	135.858	0	-	37	968.591	-	-	65	1.271.049
Total	948	374.806	678	145.197	668	336.277	237	20.224	1.864	1.257.144	4	2.694	4.399	2.136.342

Posição: 30.06.2013

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Comercial do Banco do Brasil

A partir de outubro/2008 passou-se a controlar os motivos de indeferimento ou cancelamento das propostas de financiamento para subsidiar ações preventivas visando à diminuição desses casos. Os resultados obtidos no 1º semestre de 2013 são apresentados a seguir:

Quadro 29 – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento

UF / Motivos	Carta Consulta Indeferida		Cadastro /Limite de Crédito		Documentação incompleta		Desistência		Proposta/Projeto Inviável		Outros		Total de Propostas Indeferidas	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	1	798	-	-	-	-	-	-	-	-	1	798
MS	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.796	2	1.796
Total	-	-	2	898	-	-	-	-	-	-	2	1.796	4	2.694

Posição: 30.06.2013

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Comercial do Banco do Brasil

9. Situação da Carteira de Financiamentos

9.1. Financiamentos – Programa e Unidade Federativa

O quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações do FCO, em 30.06.2013, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

Quadro 30 – Saldos por programa e UF

Programas	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	Total
Empresarial	1.001.316	2.199.870	1.560.891	1.932.451	6.694.528
Industrial	195.029	1.087.270	931.675	629.559	2.843.533
Infraestrutura	146.016	328.047	35.745	548.170	1.057.978
Turismo	111.865	161.144	80.018	125.846	478.873
Comércio e Serviços	548.406	623.409	513.453	628.876	2.314.145
Rural	452.874	4.214.689	2.822.738	3.747.516	11.237.816
Prona-RA e Pronaf Demais	56.126	906.222	330.149	1.108.741	2.401.238
Demais Rurais	396.747	3.308.467	2.492.589	2.638.775	8.836.578
Total Geral	1.454.190	6.414.559	4.383.630	5.679.967	17.932.345

Posição: 30.06.2013

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Diretoria de Governo do Banco do Brasil

Os saldos das operações rurais, no montante R\$ 11.237,8 milhões, correspondem a 62,7% da carteira de financiamentos do FCO. A carteira do setor empresarial apresenta o montante de R\$ 6.694,5 milhões, equivalente a 37,3% do total dos financiamentos do Fundo. No Programa de FCO Empresarial, a carteira Industrial destaca-se com saldo de R\$ 2.843,5 milhões, enquanto no Programa de FCO Rural, a carteira Demais Linhas Rurais encerrou o 1º semestre de 2013 com R\$ 8.836,6 milhões.

9.2. Financiamentos – Porte e Unidade Federativa

A distribuição da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos beneficiários, está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 31 – Saldos por porte e UF

Porte	(R\$ mil)				
	DF	GO	MS	MT	Região
Grande	356.078	1.771.827	1.762.605	1.928.830	5.819.340
Médio	303.226	1.543.976	683.311	1.091.060	3.621.573
Pequeno-médio	122.089	223.676	336.155	279.019	960.940
Pequeno	562.835	2.042.413	1.114.218	1.657.815	5.377.281
Mini/Micro	109.314	832.540	487.083	723.121	2.152.057
EI	648	127	257	121	1.154
Total	1.454.190	6.414.559	4.383.630	5.679.967	17.932.345

Posição: 30.06.2013

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Diretoria de Governo do Banco do Brasil

Em 30.06.2013, os negócios com os tomadores de grande e médio porte respondem por 52,6% dos saldos da carteira (R\$ 9.440,9 milhões) e os financiamentos com os tomadores de menor porte respondem por 47,4% (R\$ 8.491,4 milhões).

9.3. Financiamentos – Risco de Crédito

O quadro a seguir apresenta resumo da classificação da carteira por modalidade de risco, em 30.06.2013, onde observa-se que grande parte da carteira de financiamentos do FCO foi contratada com risco integral do BB:

Quadro 32 – Carteira por risco

(R\$ mil)

Detentor do Risco	% do risco	Valor da Carteira	Participação (%)
Banco do Brasil	100%	17.132.912	95,5
Compartilhado	50%	20.243	0,1
FCO	100%	695.873	3,9
Procera / PAPRA	100%	83.317	0,5
Total		17.932.345	100,0

Posição: 30.06.2013
Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

9.4. Financiamentos – Vencimento

A relação entre as parcelas em atraso dos financiamentos e o saldo da carteira, observada ao final do 1º semestre de 2013 foi de 1,1%, conforme o quadro a seguir:

Quadro 33 – Saldos vencidos e vencidos (por parcelas)

(R\$ mil)

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	Total	%
Vincendo	1.435.501	98,7	6.365.273	99,2	4.351.172	99,3	5.582.761	98,3	17.734.707	98,9
Vencido	18.689	1,3	49.286	0,8	32.458	0,7	97.206	1,7	197.638	1,1
Total	1.454.190	100	6.414.559	100	4.383.630	100	5.679.967	100	17.932.345	100

Posição: 30.06.2013
Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os saldos das parcelas em atraso atingiram R\$ 197,6 milhões ao final do período. O MT responde por 49,2% do total vencido (R\$ 97,2 milhões), resultando no maior índice de atraso (1,7%) entre as UFs da Região.

Quadro 34 – Inadimplência por Risco (por parcelas)

(R\$ mil)

Risco de crédito	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco 100% do FCO	635.995	59.878	695.873	8,6
Risco 100% do BB	17.049.213	83.699	17.132.912	0,5
Risco Compartilhado	19.857	386	20.243	1,9
Risco PROCERA	29.642	53.675	83.317	64,4
Total	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1

Posição: 30.06.2013
Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Nesse critério de apuração de atraso, as carteiras com os maiores índices (Risco Procera e Risco 100% do FCO) representam apenas 4,3% do total dos financiamentos do FCO, em sua maioria, composto por estoques de operações remanescentes que não apresentam novas contratações.

Considerando a prática adotada pelo mercado financeiro para o cálculo da inadimplência, estabelecendo como indicador o atraso das operações há mais de 90 dias (razão entre o crédito vencido há mais de 90 dias e a carteira de crédito total), o índice de inadimplência se eleva para 1,8%, conforme quadro a seguir.

Quadro 35 – Saldos vencidos (Inad 90)
(R\$ mil)

UF	Operações		
	Total	Inad 90	% Vencidas
DF	1.454.190	33.611	2,3
GO	6.414.559	92.253	1,4
MS	4.383.630	55.829	1,3
MT	5.679.967	144.826	2,5
Total	17.932.345	326.519	1,8

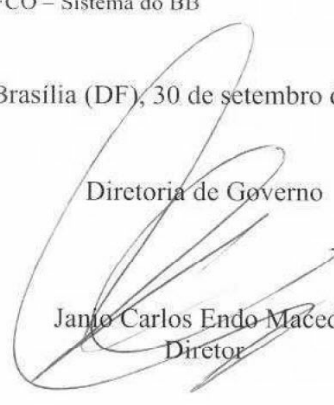
Posição: 30.06.2013

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB


Alexandre Carneiro Cerqueira
Gerente Executivo

Brasília (DF), 30 de setembro de 2013.

Diretoria de Governo


Janio Carlos Endo Macedo
Diretor

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO CENTRO-OESTE (FCO)**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2013

PARECER-CONJUNTO N.º 26-SFRI/SUDECO, DE 29.11.2013

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	4
3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	6
4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013.....	6
4.1. DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES.....	7
4.2. PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	7
5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013.....	8
5.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2013	8
5.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR	9
5.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	10
6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2013.....	10
6.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE DE 2013	10
6.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF E SETOR	11
6.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	11
7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2013	12
7.1. ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO	12
7.2. DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR	12
8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2013	13
8.1. CONTRATAÇÕES POR UF	13
8.1.1. <i>Contratações no DF</i>	14
8.1.2. <i>Contratações no Estado de GO</i>	15
8.1.3. <i>Contratações no Estado de MS</i>	15
8.1.4. <i>Contratações no Estado de MT</i>	16
8.2. CONTRATAÇÕES POR PORTE	16
8.2.1. <i>Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores</i>	17
8.2.2. <i>Contratações com médios e grandes tomadores</i>	18
8.3. CONTRATAÇÕES POR SETOR	18
8.3.1. <i>Contratações com o setor empresarial</i>	18
8.3.2. <i>Contratações com o setor rural</i>	19
8.4. CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO	19
8.4.1. <i>Contratações com o setor comercial e de serviços</i>	20
8.5. CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA.....	21
8.5.1. <i>Contratações junto a EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores</i>	21
8.5.2. <i>Contratações junto a médios e grandes tomadores</i>	22
8.6. CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO	23
8.6.1. <i>Contratações na Faixa de Fronteira</i>	23

8.6.2.	<i>Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas</i>	23
8.6.3.	<i>Contratações segundo a Tipologia dos Municípios</i>	23
8.6.4.	<i>Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)</i>	24
8.7.	CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS	24
8.8.	CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO)	24
8.9.	SITUAÇÃO DA DEMANDA	26
9.	ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES	26
9.1.	PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS	27
10.	SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	29
10.1.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	29
10.2.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL	30
10.3.	SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA	31
11.	AUDITORIA EXTERNA	31
12.	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MI E PELA SUDECO	33
12.1.	SEMINÁRIOS FCO ITINERANTE	34
13.	SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES	36
14.	PARECER E RECOMENDAÇÕES	37

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região.

Em função da apresentação de alguns quadros do Relatório em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2013.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;

- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

O § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO seriam exercidas temporariamente pelo Condel/FCO. Com a instalação, em 13.11.2012, do Condel/Sudeco, o Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, será submetido à consideração e deliberação do Condel/Sudeco, e não mais à do Condel/FCO.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

O Ministério da Integração Nacional (MI), por sua vez, é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Cabe esclarecer que, com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI).

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;

- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa/linha, por setor, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos, etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

A Programação do FCO para 2013 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A., avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 004, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, com as contribuições originadas em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

4.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 386, de 04.07.2012, publicada no DOU de 05.07.2012 (alterada pelas Portarias n.º 592, de 01.11.2012, publicada no DOU de 05.11.2012; n.º 694, de 13.12.2012, publicada no DOU de 14.12.2012; n.º 116, de 04.04.2013, publicada no DOU de 05.04.2013; n.º 128, de 11.04.2013, publicada no DOU de 12.04.2013; e n.º 313, de 25.07.2013, publicada no DOU de 29.07.2013), as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013.

O Condel/Sudeco, por sua vez, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 003, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013.

O Banco do Brasil S.A. formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A proposta foi aprovada pelo Condel/Sudeco, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 004, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

4.2. Programas e Linhas de Financiamento

A Programação está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas:

Quadro 1: Programas e Linhas de Financiamento

Programas	Linhas
Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPE)	1. Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais - EI; 2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 3. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 5. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 6. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE)	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Programa de FCO Rural	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e 8. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	1. Pronaf; e 2. Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).
Programa de FCO Empresarial para Repasse	1. Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais - EI; 2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 3. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 5. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 6. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Rural para Repasse	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

Fonte: Programação do FCO para 2013.

5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013

5.1. Recursos previstos para o exercício de 2013

De acordo com a Programação do FCO para 2013, aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 004, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2013 é de R\$ 5.504,4 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações); previsão de receitas e despesas do Fundo; disponibilidades apuradas em 31.12.2012; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação:

Quadro 2: Recursos previstos para o exercício de 2013

R\$ Milhões	
Origem	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	2.062,9
Retornos de financiamentos	3.511,7
Resultado operacional	173,9
Disponibilidades ao final do exercício anterior	529,4
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(773,5)
Total	5.504,4

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

5.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2013, a Portaria MI n.º 386, de 04.07.2012, alterada pelas Portarias n.º 592 e 694, de 01.11 e 13.12.2012, respectivamente, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso III, alínea “c”, item 1).

Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º), e considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

Posteriormente, por meio da Portaria MI n.º 128, de 11.04.2013, publicada no DOU de 12.04.2013, o Ministério da Integração Nacional resolveu alterar o art. 5º da Portaria MI n.º 386:

- a) mantendo a sistemática comum a todos os Fundos Constitucionais (art. 5º, inciso III, alínea “c”, item 1, e parágrafo único, da Portaria MI n.º 386), permitindo, no entanto, que a estimativa inicial de aplicação por UF, alternativamente, observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29%;
- b) estabelecendo que, neste caso, a estimativa de aplicação por UF deverá ser reprogramada até 31 de outubro de 2013, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2013, bem como as operações em fase final de contratação nesta data; e
- c) estabelecendo que os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverão envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de 15% de aplicação por UF.

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2013, por UF e Setor, feitas com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados o mínimo de 15% dos recursos previstos para o exercício para aplicação em cada UF e os percentuais por setor (empresarial e rural) definidos por cada UF:

Quadro 3: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	836.664		798.133		633.002		798.133		3.065.933
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	209.166		798.133		633.002		798.133		2.438.435
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	1.045.830		1.596.267		1.266.005		1.596.267		5.504.368
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

Os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

5.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2013 foram alocados por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, os percentuais de alocação por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Quadro 4: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

						R\$ Mil
Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	426.699	407.048	322.831	407.048	1.563.626	28,4
Industrial	50.998	139.780	137.203	101.762	429.743	
Infraestrutura	50.998	31.872	16.142	33.907	132.918	
Turismo	50.998	31.872	32.283	67.855	183.008	
Comércio e Serviços	273.705	203.524	137.203	203.524	817.956	
FCO Rural	106.675	407.048	322.831	407.048	1.243.602	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	104.583	244.229	126.614	373.955	849.381	
Demais Rurais	2.092	162.819	196.217	33.093	394.221	
Subtotal	533.373	814.096	645.662	814.096	2.807.228	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	409.965	391.085	310.171	391.085	1.502.307	27,3
Industrial	48.998	125.890	131.823	114.080	420.791	
Infraestrutura	48.998	34.846	15.509	32.577	131.930	
Turismo	48.998	34.807	31.017	48.886	163.707	
Comércio e Serviços	262.971	195.543	131.823	195.543	785.879	
FCO Rural	102.491	391.085	310.171	391.085	1.194.833	21,7
Subtotal	512.457	782.171	620.342	782.171	2.697.140	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	836.664	798.133	633.002	798.133	3.065.933	55,7
Industrial	99.996	265.671	269.026	215.842	850.534	
Infraestrutura	99.996	66.718	31.650	66.485	264.848	
Turismo	99.996	66.678	63.300	116.741	346.715	
Comércio e Serviços	536.676	399.067	269.026	399.067	1.603.835	
FCO Rural	209.166	798.133	633.002	798.133	2.438.435	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	104.583	244.229	126.614	373.955	849.381	
Demais Rurais	104.583	553.905	506.388	424.178	1.589.054	
Total	1.045.830	1.596.267	1.266.005	1.596.267	5.504.368	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2013

6.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2013

De acordo com o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, o montante de recursos previstos para aplicação no período era de R\$ 2.630,1 milhões:

Quadro 5: Recursos previstos para o 1º Semestre de 2013

R\$ Milhões

Origem	Valor
Repasse do Tesouro Nacional	1.031,4
Retornos de financiamentos	1.755,9
Resultado operacional	86,9
Disponibilidades ao final do exercício anterior	529,4
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(773,5)
Total	2.630,1

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

6.2. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, por UF e Setor:

Quadro 6: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2013 por UF e Setor

R\$ Mil

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	399.780		381.369		302.465		381.369		1.464.984
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	99.945		381.369		302.465		381.369		1.165.149
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	499.725		762.738		604.930		762.738		2.630.132
% em relação ao total	19,0%	100,0%	29,0%	100,0%	23,0%	100,0%	29,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

6.3. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2013 também foram alocados por UF, setor, porte de beneficiário e linha de financiamento, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 7: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2013 por UF, Porte, Setor e Linha

R\$ Mil

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	203.888	194.498	154.257	194.498	747.142	28,4
Industrial	50.049	85.427	49.208	29.175	213.859	
Infraestrutura	53.793	19.450	10.891	29.175	113.308	
Turismo	50.049	19.450	11.261	58.349	139.110	
Comércio e Serviços	49.996	70.172	82.898	77.799	280.865	
FCO Rural	50.972	194.498	154.257	194.498	594.226	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	49.973	116.699	60.493	178.677	405.841	
Demais Rurais	999	77.799	93.764	15.821	188.384	
Subtotal	254.860	388.997	308.515	388.997	1.341.367	51,0

Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	195.892	186.871	148.208	186.871	717.842	27,3
Industrial	46.075	67.274	92.334	37.374	243.056	
Infraestrutura	53.793	18.611	9.782	37.374	119.560	
Turismo	46.075	18.611	8.004	37.374	110.064	
Comércio e Serviços	49.949	82.376	38.088	74.748	245.162	
FCO Rural	48.973	186.871	148.208	186.871	570.923	21,7
Subtotal	244.865	373.742	296.416	373.742	1.288.765	49,0

Resumo Geral						
FCO Empresarial	399.780	381.369	302.465	381.369	1.464.984	55,7
Industrial	96.125	152.700	141.542	66.549	456.915	
Infraestrutura	107.586	38.061	20.672	66.549	232.868	
Turismo	96.125	38.061	19.265	95.724	249.174	
Comércio e Serviços	99.945	152.548	120.986	152.548	526.026	
FCO Rural	99.945	381.369	302.465	381.369	1.165.149	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	49.973	116.699	60.493	178.677	405.841	
Demais Rurais	49.973	264.670	241.972	202.692	759.307	
Total	499.725	762.738	604.930	762.738	2.630.132	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2013

7.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2013 (R\$ 2.703,7 milhões) representou 102,8% do montante previsto (R\$ 2.630,1 milhões), conforme quadro a seguir:

Quadro 8: Orçamento - Previsto X Realizado no 1º Semestre de 2013

R\$ Milhões

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)
Repasse do Tesouro Nacional	1.031,4	996,6	96,6
Retornos de financiamentos	1.755,9	1.280,6	72,9
Resultado operacional	86,9	26,6	30,6
Disponibilidades ao final do exercício anterior	529,4	529,4	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(773,5)	(129,5)	16,7
Total	2.630,1	2.703,7	102,8

Posição: 30.06.2013.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7.2. Distribuição do orçamento realizado por UF e Setor

O quadro a seguir apresenta a distribuição do orçamento realizado no 1º semestre de 2013 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2013:

Quadro 9: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

R\$ Mil

Setor	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	410.959	392.033	310.923	392.033	1.505.949
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	102.740	392.033	310.923	392.033	1.197.730
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	513.699	784.067	621.846	784.067	2.703.679
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2013

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 atingiram R\$ 2.826,7 milhões, o que corresponde a 107,5% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.630,1 milhões), e a 104,6% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.703,7 milhões):

Quadro 10: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

R\$ Milhões

Setor	Orçamento Previsto	Orçamento Realizado	Contratações	%	%	% Contratações X Totais	
	(a)	(b)	(c)	(c/a)	(c/b)	Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)
Empresarial	1.465,0	1.505,9	1.702,4	116,2	113,0	64,7	63,0
Rural	1.165,1	1.197,7	1.124,3	96,5	93,9	42,7	41,6
Total	2.630,1	2.703,7	2.826,7	107,5	104,6	107,5	104,6
	(d)	(e)					

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 2.826,7 milhões aplicados no semestre beneficiaram diretamente as populações de 456 localidades, correspondentes a 97,6% do total dos municípios da Região (467).

8.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 (R\$ 2.826,7 milhões), R\$ 452,1 milhões (16,0%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 1.076,2 milhões (38,1%) o Estado de Goiás; R\$ 627,0 milhões (22,2%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 671,4 milhões (23,7%) o Estado de Mato Grosso:

Quadro 11: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.852	406.820	4.882	689.583	3.039	262.896	3.506	343.074	14.279	1.702.373
Industrial	348	46.818	1.131	434.091	352	56.285	456	69.080	2.287	606.275
Infraestrutura	3	640	10	7.961	3	492	7	968	23	10.061
Turismo	264	88.793	214	21.363	190	10.651	179	13.337	847	134.145
Comércio e Serviços	2.237	270.568	3.527	226.167	2.494	195.468	2.864	259.688	11.122	951.892
Rural	347	45.281	4.483	386.650	2.444	364.103	2.647	328.314	9.921	1.124.349
Pronaf-RA	3	15	146	1.658	265	3.395	48	317	462	5.385
Pronaf Demais	160	2.939	2.852	53.736	1.033	23.688	1.982	56.805	6.027	137.168
Demais Rurais	184	42.327	1.485	331.256	1.146	337.021	617	271.192	3.432	981.796
Total	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, em relação ao 1º semestre de 2012, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (-38,6%), quanto no volume de recursos aplicados (-6,1%). No 1º semestre de 2012, foram contratadas 39.428 operações, no montante de R\$ 3.010,6 milhões. Já no 1º semestre de 2013, foram contratadas 24.200 operações, no montante de R\$ 2.826,7 milhões:

Quadro 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	14.590	1.300.772	14.279	1.702.373	(2,1)	30,9
Industrial	2.387	379.906	2.287	606.275	(4,2)	59,6
Infraestrutura	48	29.860	23	10.061	(52,1)	(66,3)
Turismo	791	91.609	847	134.145	7,1	46,4
Comércio e Serviços	11.364	799.397	11.122	951.892	(2,1)	19,1
Rural	24.838	1.709.800	9.921	1.124.349	(60,1)	(34,2)
Pronaf-RA	1.223	18.922	462	5.385	(62,2)	(71,5)
Pronaf Demais	17.137	404.833	6.027	137.168	(64,8)	(66,1)
Demais Rurais	6.478	1.286.045	3.432	981.796	(47,0)	(23,7)
Total	39.428	3.010.572	24.200	2.826.722	(38,6)	(6,1)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Ainda que tenham sido observados decréscimos nas quantidades e nos volumes contratados, pode-se afirmar que as aplicações do FCO tiveram um ótimo desempenho no 1º semestre de 2013, superiores aos orçamentos previsto e realizado (107,5% e 104,6% respectivamente), e só não superaram as do 1º semestre de 2012 devido à inexistência de disponibilidades financeira e orçamentária em algumas Unidades Federativas, Programas/Linhas, Finalidades e/ou Setores.

Isso porque, em 31.12.2012, restaram R\$ 529,4 milhões de disponibilidades, dos quais R\$ 1.250,3 milhões ficaram comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas até aquela data, de forma que a disponibilidade orçamentária encerrou o exercício em R\$ 720,9 milhões negativos.

Além disso, o ritmo acelerado das contratações no 1º semestre de 2013, resultante da redução das taxas de juros e da intensificação das ações de divulgação (Seminários FCO Itinerante), contribuiu para a utilização da quase totalidade dos recursos distribuídos no período, razão pela qual o Banco Administrador chegou a suspender o acolhimento, o deferimento e a formalização de propostas.

8.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 (R\$ 452,1 milhões) tiveram incremento de 40,6% em relação ao 1º semestre de 2012 (R\$ 321,5 milhões):

Quadro 12a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.996	267.573	2.852	406.820	(4,8)	52,0
Industrial	412	45.887	348	46.818	(15,5)	2,0
Infraestrutura	7	1.438	3	640	(57,1)	(55,5)
Turismo	228	21.106	264	88.793	15,8	320,7
Comércio e Serviços	2.349	199.142	2.237	270.568	(4,8)	35,9
Rural	784	53.939	347	45.281	(55,7)	(16,1)
Pronaf-RA	16	219,12	3	15	(81,3)	(93,2)
Pronaf Demais	530	9.780,68	160	2.939	(69,8)	(69,9)
Demais Rurais	238	43.939	184	42.327	(22,7)	(3,7)
Total	3.780	321.512	3.199	452.101	(15,4)	40,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O incremento observado nas contratações do DF no 1º semestre de 2013 decorre da intensificação das ações de divulgação do Fundo (Seminários FCO Itinerante) e do aumento do montante de recursos previstos para aplicação junto aos setores comercial e de serviços de R\$ 250,4 milhões em 2012 para R\$ 536,7 milhões em 2013.

Isso porque, com a revogação do § 3º do art. 4º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 pela Lei n.º 12.716, de 21.09.2012, que limitava os financiamentos aos setores comercial e de serviços a 20% dos recursos previstos para o exercício, a Programação do FCO para 2013 elevou o limite de assistência aos referidos setores para 30% dos recursos previstos para o exercício (30% de R\$ 5.504,4 milhões = R\$ 1.651,3 milhões), obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região.

Ademais, o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1º semestre de 2013 (R\$ 452,1 milhões) representou 90,5% do seu orçamento previsto (R\$ 499,7 milhões – Quadro 6), 88,0% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 513,7 milhões – Quadro 9) e 16,0% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

8.1.2. Contratações no Estado de GO

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 atingiram R\$ 1.076,2 milhões, montante 3,1% inferior ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 1.110,7 milhões):

Quadro 12.b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	4.861	461.833	4.882	689.583	0,4	49,3
Industrial	1.109	191.771	1.131	434.091	2,0	126,4
Infraestrutura	24	17.721	10	7.961	(58,3)	(55,1)
Turismo	235	27.487	214	21.363	(8,9)	(22,3)
Comércio e Serviços	3.493	224.855	3.527	226.167	1,0	0,6
Rural	12.594	648.837	4.483	386.650	(64,4)	(40,4)
Pronaf-RA	219	2.413	146	1.658	(33,3)	(31,3)
Pronaf Demais	9.009	180.082	2.852	53.736	(68,3)	(70,2)
Demais Rurais	3.366	466.342	1.485	331.256	(55,9)	(29,0)
Total	17.455	1.110.671	9.365	1.076.233	(46,3)	(3,1)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1º semestre de 2013 (R\$ 1.076,2 milhões) representou 141,1% do seu orçamento previsto (R\$ 762,7 milhões – Quadro 6), 137,3% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 784,1 milhões – Quadro 9) e 38,1% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

8.1.3. Contratações no Estado de MS

Em Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 atingiram R\$ 627,0 milhões, montante 2,1% inferior ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 640,6 milhões):

Quadro 12.c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.049	225.934	3.039	262.896	(0,3)	16,4
Industrial	277	56.746	352	56.285	27,1	(0,8)
Infraestrutura	7	426	3	492	(57,1)	15,6
Turismo	168	16.359	190	10.651	13,1	(34,9)
Comércio e Serviços	2.597	152.404	2.494	195.468	(4,0)	28,3
Rural	4.383	414.690	2.444	364.103	(44,2)	(12,2)
Pronaf-RA	755	13.233	265	3.395	(64,9)	(74,3)
Pronaf Demais	2.073	40.055	1.033	23.688	(50,2)	(40,9)
Demais Rurais	1.555	361.403	1.146	337.021	(26,3)	(6,7)
Total	7.432	640.625	5.483	626.999	(26,2)	(2,1)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1º semestre de 2013 (R\$ 627,0 milhões) representou 103,7% do seu orçamento previsto (R\$ 604,9 milhões – Quadro 6), 100,8% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 621,8 milhões – Quadro 9) e 22,2% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

8.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 atingiram R\$ 671,4 milhões, montante 28,4% inferior ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 937,8 milhões):

Quadro 12.d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.683	345.431	3.506	343.074	(4,8)	(0,7)
Industrial	589	85.502	456	69.080	(22,6)	(19,2)
Infraestrutura	10	10.275	7	968	(30,0)	(90,6)
Turismo	160	26.657	179	13.337	11,9	(50,0)
Comércio e Serviços	2.924	222.996	2.864	259.688	(2,1)	16,5
Rural	7.077	592.333	2.647	328.314	(62,6)	(44,6)
Pronaf-RA	233	3.057	48	317	(79,4)	(89,6)
Pronaf Demais	5.525	174.915	1.982	56.805	(64,1)	(67,5)
Demais Rurais	1.319	414.361	617	271.192	(53,2)	(34,6)
Total	10.760	937.764	6.153	671.389	(42,8)	(28,4)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2013 (R\$ 671,4 milhões) representou 88,0% do seu orçamento previsto (R\$ 762,7 milhões – Quadro 6), 85,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 784,1 milhões – Quadro 9) e 23,7% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

8.2. Contratações por Porte

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condol/Sudeco. Para o exercício de 2013, os parâmetros aprovados no âmbito da Programação do Fundo são os seguintes:

Quadro 13: Classificação Quanto ao Porte vigente em 2013

Beneficiários	Setor	Faturamento Bruto Anual/Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	até R\$ 60 mil
Micro/Mini	Empresarial	até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e Programação do FCO para 2013.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2013 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

8.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

No 1º semestre de 2013, as contratações com tomadores de menor porte (empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores) atingiram o montante de R\$ 1.825,0 milhões, o que representa 64,6% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões):

Quadro 14: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores										
Empresarial	279.920	61,9	324.361	30,1	215.546	34,4	274.524	40,9	1.094.351	38,7
Industrial	39.167	8,7	85.876	8,0	25.719	4,1	40.189	6,0	190.951	6,8
Infraestrutura	640	0,1	1.115	0,1	492	0,1	968	0,1	3.215	0,1
Turismo	25.197	5,6	20.965	1,9	10.435	1,7	13.337	2,0	69.935	2,5
Comércio e Serviços	214.917	47,5	216.405	20,1	178.900	28,5	220.030	32,8	830.251	29,4
Rural	25.758	5,7	282.213	26,2	246.057	39,2	176.598	26,3	730.626	25,8
Pronaf-RA e Pronaf Demais	2.954	0,7	55.394	5,1	27.083	4,3	57.122	8,5	142.554	5,0
Demais Rurais	22.804	5,0	226.819	21,1	218.975	34,9	119.475	17,8	588.072	20,8
Subtotal	305.678	67,6	606.574	56,4	461.603	73,6	451.122	67,2	1.824.977	64,6

R\$ Mil

Médios e Grandes Tomadores										
Empresarial	126.900	28,1	365.222	33,9	47.350	7,6	68.550	10,2	608.022	21,5
Industrial	7.651	1,7	348.215	32,4	30.566	4,9	28.891	4,3	415.324	14,7
Infraestrutura	-	-	6.846	0,6	-	-	-	-	6.846	0,2
Turismo	63.596	14,1	398	0,0	216	0,0	-	-	64.210	2,3
Comércio e Serviços	55.652	12,3	9.763	0,9	16.568	2,6	39.659	5,9	121.641	4,3
Rural	19.523	4,3	104.437	9,7	118.046	18,8	151.717	22,6	393.723	13,9
Subtotal	146.423	32,4	469.659	43,6	165.396	26,4	220.267	32,8	1.001.745	35,4

Resumo Geral										
Empresarial	406.820	90,0	689.583	64,1	262.896	41,9	343.074	51,1	1.702.373	60,2
Industrial	46.818	10,4	434.091	40,3	56.285	9,0	69.080	10,3	606.275	21,4
Infraestrutura	640	0,1	7.961	0,7	492	0,1	968	0,1	10.061	0,4
Turismo	88.793	19,6	21.363	2,0	10.651	1,7	13.337	2,0	134.145	4,7
Comércio e Serviços	270.568	59,8	226.167	21,0	195.468	31,2	259.688	38,7	951.892	33,7
Rural	45.281	10,0	386.650	35,9	364.103	58,1	328.314	48,9	1.124.349	39,8
Pronaf-RA e Pronaf Demais	2.954	0,7	55.394	5,1	27.083	4,3	57.122	8,5	142.554	5,0
Demais Rurais	42.327	9,4	331.256	30,8	337.021	53,8	271.192	40,4	981.796	34,7
Total	452.101	100,0	1.076.233	100,0	626.999	100,0	671.389	100,0	2.826.722	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Desse montante de R\$ 1.825,0 milhões, R\$ 1.424,5 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 400,5 milhões pequeno-médios tomadores (50,4% e 14,2%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.826,7 milhões).

Observa-se, portanto, que os percentuais mínimos de contratação junto ao público de menor porte (metas: 51,0% e 30,0%) foram superados (resultados: 64,6% e 50,4%).

Verifica-se, ainda, que em todas as Unidades Federativas a meta de 51,0% de contratações junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores – receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões) foi superada: 67,6% no DF; 56,4% em GO; 73,6% em MS; e 67,2% em MT.

8.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2013, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 1.001,7 milhões, o que representa 35,4% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

Desses R\$ 1.001,7 milhões, R\$ 596,7 milhões (59,6%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 405,0 milhões (40,4%) a médios tomadores (21,1% e 14,3%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.826,7 milhões).

8.3. Contratações por Setor

8.3.1. Contratações com o setor empresarial

No 1º semestre de 2013, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 1.702,4 milhões, correspondentes a 116,2% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.465,0 milhões – Quadro 6), 113,0% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.505,9 milhões – Quadro 9) e 60,2% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2013 junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões) correspondeu a 64,7% do previsto (R\$ 2.630,1 milhões) e a 63,0% do realizado (R\$ 2.703,7 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2012, houve decréscimo na quantidade de operações realizadas (-2,1%) e acréscimo no volume de recursos aplicados (30,9%). No 1º semestre de 2012, foram contratadas 14.590 operações, no montante de R\$ 1.300,8 milhões. Já no 1º semestre de 2013, foram contratadas 14.279 operações, no total de R\$ 1.702,4 milhões.

8.3.2. Contratações com o setor rural

No 1º semestre de 2013, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 1.124,3 milhões, correspondentes a 96,5% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.165,1 milhões – Quadro 6), 93,9% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.197,7 milhões – Quadro 9) e 39,8% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2013 junto ao setor rural (R\$ 1.124,3 milhões) correspondeu a 42,7% do previsto (R\$ 2.630,1 milhões) e a 41,6% do realizado (R\$ 2.703,7 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2012, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (-60,1%) quanto no volume de recursos aplicados (-34,2%). No 1º semestre de 2012, foram contratadas 24.838 operações, no montante de R\$ 1.709,8 milhões, ao passo que no 1º semestre de 2013 foram contratadas 9.921 operações, no volume de R\$ 1.124,3 milhões.

8.4. Contratações por Linha de Financiamento

Quadro 15: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.852	406.820	4.882	689.583	3.039	262.896	3.506	343.074	14.279	1.702.373
Industrial	348	46.818	1.131	434.091	352	56.285	456	69.080	2.287	606.275
Infraestrutura	3	640	10	7.961	3	492	7	968	23	10.061
Turismo	264	88.793	214	21.363	190	10.651	179	13.337	847	134.145
Comércio e Serviços	2.237	270.568	3.527	226.167	2.494	195.468	2.864	259.688	11.122	951.892
Rural	347	45.281	4.483	386.650	2.444	364.103	2.647	328.314	9.921	1.124.349
Des. Rural	171	39.406	1.467	327.015	1.107	266.715	573	224.018	3.318	857.153
Agropecuária Irrigada	1	570	-	-	2	227	-	-	3	797
Convir	-	-	2	1.169	1	35	4	2.940	7	4.143
ABC-Conservação da Natureza	11	2.161	14	3.008	28	63.486	26	38.780	79	107.434
ABC-ILPF	-	-	-	-	2	3.902	1	248	3	4.150
Ret. Matrizes	-	-	1	34	5	2.607	13	5.207	19	7.848
Proaqua	1	190	-	-	-	-	-	-	1	190
Pescart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	1	31	1	50	-	-	2	81
Pronaf-RA	3	15	146	1.658	265	3.395	48	317	462	5.385
Pronaf Demais	160	2.939	2.852	53.736	1.033	23.688	1.982	56.805	6.027	137.168
Total	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2013, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 606,3 milhões, representando 71,3% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 850,5 milhões), 35,6% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões) e 21,4% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R\$ 951,9 milhões, representando 59,4% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 1.603,8 milhões), 55,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões) e 33,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R\$ 10,1 milhões e R\$ 134,1 milhões, correspondentes a 3,8% e 38,7% dos recursos previstos para as Linhas (R\$ 264,9 milhões e R\$ 346,7 milhões, respectivamente). Não foram observadas operações contratadas em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 137,1 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 5,4 milhões.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural – *Desenvolvimento Rural; Agropecuária Irrigada; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira* – absorveram R\$ 981,8 milhões, o que representa 87,3% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 1.124,3 milhões) e 34,7% do total aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

No 1º semestre de 2013, não foram registradas:

- operações em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- operações nas Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE;
- operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com taxa de juros de 4,0% ao ano, com recursos do Fundo (inciso IV do artigo 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo artigo 44 da Lei n.º 11.775, de 17.09.2008); e
- operações na Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

8.4.1. Contratações com o setor comercial e de serviços

Segundo a Nota 2 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013, “a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região”.

No 1º semestre de 2013, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 951,9 milhões, correspondentes a 55,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões), a 33,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões) e a 57,6% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.651,3 milhões):

Quadro 16: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício (a)	1.045.830	1.596.267	1.266.005	1.596.267	5.504.368
Limite para Com. e Serv. no exercício (b)	536.676	399.067	316.501	399.067	1.651.310
Contratado no 1º Semestre de 2013 (c)	270.568	226.167	195.468	259.688	951.892
% de Ating. (c/b)	50,4	56,7	61,8	65,1	57,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

8.5.1. Contratações junto a EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

De acordo com a Programação do FCO para 2013¹, a assistência aos empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, ficou limitada, em cada Unidade Federativa, a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), em cada Unidade Federativa:

Quadro 17: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

R\$ Mil

UF	Limite ⁽¹⁾	Teto ⁽²⁾	Limite/Teto a ser observado no exercício ⁽³⁾					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	265.930	313.749	265.930	100	53.186	20	212.744	80
GO	682.247	478.880	478.880	100	239.440	50	239.440	50
MS	378.332	379.801	378.332	100	189.166	50	189.166	50
MT	365.222	478.880	365.222	100	182.611	50	182.611	50
Total	1.691.730	1.651.310	1.488.363		664.403		823.961	

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), em cada UF.

⁽³⁾ Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2013, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 184,9 milhões, consumindo 27,8% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 826,9 milhões, correspondentes a 100,4% do limite/teto respectivo:

¹ Nota 3 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013.

Quadro 18: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

R\$ Mil

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	53.186	7.994	15,0	212.744	171.272	80,5
GO	239.440	40.693	17,0	239.440	275.844	115,2
MS	189.166	90.751	48,0	189.166	156.813	82,9
MT	182.611	45.472	24,9	182.611	222.976	122,1
Total	664.403	184.910	27,8	823.961	826.905	100,4

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

8.5.2. Contratações junto a médios e grandes tomadores

De acordo com a Programação do FCO para 2013², a assistência a médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural, de Financiamento à Agropecuária Irrigada e de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, ficou limitada a 15% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

Ainda segundo a Programação³, a assistência a médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MGE, ficou limitada a 5% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

No 1º semestre de 2013, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 74,4 milhões, consumindo apenas 9,0% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 83,3 milhões, correspondentes a 30,3% do limite/teto respectivo:

Quadro 19: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a médios e grandes tomadores

R\$ Mil

UF	Rural				Empresarial			
	Limite ⁽¹⁾		Contratações	% de Ating.	Limite ⁽²⁾		Contratações	% de Ating.
	Valor	% de Partic.			Valor	% de Partic.		
DF	156.874	19,0	8.444	5,4	52.291	19,0	26.678	51,0
GO	239.440	29,0	26.868	11,2	79.813	29,0	12.036	15,1
MS	189.901	23,0	6.852	3,6	63.300	23,0	14.954	23,6
MT	239.440	29,0	32.283	13,5	79.813	29,0	29.624	37,1
Total	825.655	100,0	74.447	9,0	275.218	100,0	83.292	30,3

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 15% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 5% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), em cada UF.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

² Nota 5 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013.

³ Nota 4 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013.

8.6. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com a Portaria MI n.º 386, de 04.07.2012, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

8.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R\$ 418,7 milhões no 1º semestre de 2013, o que representa 57,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 732,1 milhões).

8.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 76 municípios do Estado de Goiás que integram a Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 156,0 milhões, o que representa 50,6% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 308,2 milhões).

8.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 1.023,3 milhões e R\$ 316,0 milhões, correspondentes a 36,2% e 11,2% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.339,3 milhões, o que representa 58,2% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2013 (R\$ 2.300,8 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.487,4 milhões, correspondentes a 52,6% do total contratado na Região.

O Distrito Federal e os Estados de Goiás e Mato Grosso concentraram as aplicações em municípios de alta renda (84,6%, 64,8% e 42,4% respectivamente) e o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (70,0%):

Quadro 20: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	2.587	382.309	6.215	697.047	1.235	123.398	2.370	284.634	12.407	1.487.388
%	80,9	84,6	66,4	64,8	22,5	19,7	38,5	42,4	51,3	52,6
Dinâmica	-	-	929	60.300	910	64.721	2.278	190.986	4.117	316.007
%	-	-	9,9	5,6	16,6	10,3	37,0	28,4	17,0	11,2
Estagnada	612	69.792	2.221	318.886	3.338	438.880	1.505	195.769	7.676	1.023.327
%	19,1	15,4	23,7	29,6	60,9	70,0	24,5	29,2	31,7	36,2
Total	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cumpra registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados não só no DF mas também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Assim, das 3.199 operações formalizadas com recursos do DF, 2.587 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 612 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

À vista desse resultado, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A. envidar esforços, em articulação com os Governos dos Estados de Goiás e Mato Grosso e do Distrito Federal e com os demais administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel.

8.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE, foram formalizadas 3.199 operações no montante de R\$ 452,1 milhões, sendo 2.587 operações no valor de R\$ 382,3 milhões no DF e 612 operações no valor de R\$ 69,8 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 69,8 milhões) representa 66,7% do previsto para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 104,6 milhões).

8.7. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2013, 6.201 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 975,4 milhões. Esses números representam 25,6% do total de contratos formalizados (24.200) e 34,5% do total de recursos aplicados (R\$ 2.826,7 milhões), no período:

Quadro 21: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EI	7	608	16	68	30	147	19	93	72	916
Mini/Micro	77	3.477	414	19.964	375	14.271	269	12.766	1.135	50.478
Pequeno	934	94.382	1.404	107.893	807	55.863	1.252	96.700	4.397	354.837
Pequeno-Médio	78	12.499	116	22.598	63	18.059	106	36.851	363	90.007
Médio	36	75.434	64	11.438	30	46.401	39	27.708	169	160.982
Grande	14	8.452	22	289.704	14	13.715	15	6.276	65	318.147
Total	1.146	194.852	2.036	451.665	1.319	148.456	1.700	180.394	6.201	975.366

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.8. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen):

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

No 1º semestre de 2013, essas instituições aplicaram R\$ 33,3 milhões, o que representa incremento de 86,0% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 17,9 milhões):

Quadro 22: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

R\$ mil

	Bancoob		BRB		GO Fomento		Sicredi		BRDE		MT Fomento		Total	
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	-	-	17	8.876	8	5.792	9	784	3	1.499	7	779	44	17.729
Industrial	-	-	3	1.645	3	2.162	-	-	-	-	1	100	7	3.908
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	2	2.327	-	-	-	-	1	100	3	2.427
Comércio e Serviços	-	-	14	7.231	3	1.302	9	784	3	1.499	5	579	34	11.394
Rural	11	1.584	-	-	-	-	41	5.329	13	8.670	-	-	65	15.583
Total	11	1.584	17	8.876	8	5.792	50	6.113	16	10.169	7	779	109	33.312

Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	9	1.384	15	8.285	8	5.792	32	3.788	2	1.049	6	679	72	20.977
Dinâmica	2	200	-	-	-	-	12	1.028	2	3.434	1	100	17	4.762
Estagnada	-	-	2	592	-	-	6	1.296	12	5.685	-	-	20	7.573
Total	11	1.584	17	8.876	8	5.792	50	6.113	16	10.169	7	779	109	33.312

Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Pequeno-Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pequeno	3	875	17	8.876	5	3.335	19	2.728	13	8.670	1	199	58	24.683
Mini/Micro	8	708	-	-	3	2.457	31	3.385	3	1.499	6	580	51	8.629
Total	11	1.584	17	8.876	8	5.792	50	6.113	16	10.169	7	779	109	33.312

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, até 2012, as instituições operadoras do repasse atuavam apenas com mini, micro e pequenos tomadores (beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões). A partir de 2013, passaram a atuar também com pequeno-médios (beneficiários com faturamento acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões), respeitados, no entanto, os seguintes critérios/percentuais: no mínimo, 58,9% (30,0%/51,0%) com mini, micro e pequenos tomadores e, no máximo, 41,2% (21,0%/51,0%) com pequeno-médios⁴.

Dos R\$ 33,3 milhões aplicados pelas instituições operadoras do repasse, R\$ 8,6 milhões (25,8%) beneficiaram empreendedores individuais e mini/micro tomadores e R\$ 24,7 milhões (74,2%) atenderam pequenos. Não foram registradas operações com pequeno-médios tomadores.

Além disso, R\$ 12,3 milhões (36,9%) beneficiaram municípios de economia estagnada e dinâmica e R\$ 21,0 milhões (63,1%) contemplaram municípios de alta renda.

À vista desse resultado, sugere-se recomendar ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condrel.

⁴ Nota 9 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013.

8.9. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2013, das 28.599 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 4.963,1 milhões, 24.200 no valor de R\$ 2.826,7 milhões foram contratadas e 4.399 no valor de R\$ 2.136,4 milhões não foram:

Quadro 23: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Contratadas	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722
Não contratadas	910	130.883	1.480	683.878	873	405.165	1.136	916.417	4.399	2.136.342
Total	4.109	582.984	10.845	1.760.111	6.356	1.032.164	7.289	1.587.806	28.599	4.963.065

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O Banco do Brasil controla os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados no quadro a seguir:

Quadro 24: Situação da Demanda - Propostas não atendidas por motivo

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Carta-consulta em análise	174	43.366	283	173.204	194	43.451	297	114.785	948	374.806
Projeto em elaboração	164	23.319	168	35.859	133	38.324	213	47.694	678	145.197
Propostas em análise	170	26.642	174	60.618	122	178.727	202	70.289	668	336.277
Pendente de documentação	53	3.990	86	7.437	42	3.718	56	5.079	237	20.224
Em contratação	349	33.565	768	405.961	381	140.844	366	676.773	1.864	1.257.144
Indeferidas/canceladas	-	-	1	798	1	100	2	1.796	4	2.694
Carta-consulta indeferida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cadastro/limite de crédito	-	-	1	798	1	100	-	-	2	898
Documentação incompleta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento/desistência do cliente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta/projeto indeferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	2	1.796	2	1.796
Total	910	130.883	1.480	683.878	873	405.165	1.136	916.417	4.399	2.136.342

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES

O Condel/Sudeco, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Condel/Sudeco n.º 003, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Condel e os resultados alcançados no 1º semestre de 2013 encontram-se comentados a seguir:

9.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

- a) **projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:**

No 1º semestre de 2013, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.424,5 milhões (R\$ 915,4 milhões no setor empresarial e R\$ 509,1 milhões no setor rural), o que representa 54,2% do montante de recursos previstos (R\$ 2.630,1 milhões), 52,7% do orçamento realizado (R\$ 2.703,7 milhões) e 50,4% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

Do montante de R\$ 1.424,5 milhões, R\$ 137,1 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e R\$ 5,4 milhões no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária.

Já a quantidade de operações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiu 21.205, o que representa 87,6% da quantidade de operações contratadas no período (24.200).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade	
Quantidade	Valor
21.205	R\$ 1.424,5 milhões

- b) **projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 263,3 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (96,2 mil diretos e 167,1 mil indiretos), no 1º semestre de 2013.

Se considerado o período de 1989 a junho de 2013, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 4.516,2 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade		
Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos
24.200	R\$ 2.826,7 milhões	263.306

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

- c) **projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2013, R\$ 107,4

milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 95,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 54,9 milhões).

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ 4,2 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 985,3% em relação ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 387 mil).

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 82 operações no valor total de R\$ 111,6 milhões.

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Modalidade	Quantidade	Valor
1 – Conservação da Natureza	79	R\$ 107,4 milhões
2 – ILPF	3	R\$ 4,2 milhões

d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir teve, no 1º semestre de 2013, R\$ 4,1 milhões de recursos aplicados.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
7	R\$ 4,1 milhões

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:

No 1º semestre de 2013, foram contratados R\$ 134,1 milhões, no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE, o que representa incremento de 46,4% em relação ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 91,6 milhões).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
847	R\$ 134,1 milhões

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão que 5 operações foram contratadas em apoio à Copa do Mundo de 2014, no total de R\$ 71,3 milhões.

f) **projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):**

- *municípios da Faixa de Fronteira;*
- *municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;*
- *municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e*
- *municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.*

O quadro abaixo apresenta o resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade:

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade				
Espaços Prioritários	Qtde.	Valor Contratado no 1º Sem. de 2013	Valor Previsto para 2013	% de Atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	4.489	R\$ 418,7 milhões	R\$ 732,1 milhões	57,2%
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	2.147	R\$ 156,0 milhões	R\$ 308,2 milhões	50,6%
Municípios da RIDE (exceto de MG)	612	R\$ 69,8 milhões	R\$ 104,6 milhões	66,7%
Municípios de Tipologia “Estagnada” e “Dinâmica”	11.793	R\$ 1.339,3 milhões	R\$ 2.300,8 milhões	58,2%

10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

10.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2013, saldo de R\$ 17.932,3 milhões, o que representa incremento de 5,6% em relação ao observado em 30.06.2012 (R\$ 16.981,8 milhões):

Quadro 25: Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

	DF	GO	MS	MT	R\$ Mil Região
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores					
FCO Empresarial	579.347	783.628	565.251	714.810	2.643.036
Industrial	122.054	272.888	88.788	174.434	658.164
Infraestrutura	3.854	3.977	9.974	6.628	24.433
Turismo	69.911	79.476	68.973	90.966	309.326
Comércio e Serviços	383.528	427.287	397.516	442.783	1.651.114
FCO Rural	215.539	2.315.129	1.372.463	1.945.266	5.848.396
Pronaf-RA e Pronaf Demais	56.126	906.222	330.149	1.108.741	2.401.238
Demais Rurais	159.413	1.408.906	1.042.313	836.525	3.447.158
Subtotal	794.886	3.098.756	1.937.713	2.660.076	8.491.432
Médios e Grandes Tomadores					
FCO Empresarial	421.969	1.416.242	995.640	1.217.640	4.051.492
Industrial	72.975	814.383	842.887	455.125	2.185.369
Infraestrutura	142.162	324.070	25.771	541.542	1.033.545
Turismo	41.954	81.668	11.045	34.880	169.547
Comércio e Serviços	164.879	196.122	115.938	186.093	663.031
FCO Rural	237.335	1.899.560	1.450.276	1.802.250	5.389.420
Subtotal	659.304	3.315.803	2.445.916	3.019.890	9.440.913

Resumo Geral					
FCO Empresarial	1.001.316	2.199.870	1.560.891	1.932.451	6.694.528
Industrial	195.029	1.087.270	931.675	629.559	2.843.533
Infraestrutura	146.016	328.047	35.745	548.170	1.057.978
Turismo	111.865	161.144	80.018	125.846	478.873
Comércio e Serviços	548.406	623.409	513.453	628.876	2.314.145
FCO Rural	452.874	4.214.689	2.822.738	3.747.516	11.237.816
Pronaf-RA e Pronaf Demais	56.126	906.222	330.149	1.108.741	2.401.238
Demais Rurais	396.747	3.308.467	2.492.589	2.638.775	8.836.578
Total	1.454.190	6.414.559	4.383.630	5.679.967	17.932.345

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 11.237,8 milhões, o que representa 62,7% do total (R\$ 17.932,3 milhões) e incremento de 1,8% em relação à posição registrada em 30.06.2012 (R\$ 11.037,4 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 6.694,5 milhões, o que representa 37,3% do total (R\$ 17.932,3 milhões) e incremento de 12,6% em relação à posição registrada em 30.06.2012 (R\$ 5.944,4 milhões).

O saldo de financiamentos com tomadores de menor porte alcançou R\$ 8.491,4 milhões, correspondentes a 47,4% do saldo total (R\$ 17.932,3 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 9.440,9 milhões, correspondentes a 52,6% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 6.414,5 milhões (35,8%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 5.680,0 milhões (31,7%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 4.383,6 milhões (24,4%) e do Distrito Federal com R\$ 1.454,2 milhões (8,1%).

10.2. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

A carteira de financiamentos do Fundo apresenta 4 (quatro) grupamentos de risco operacional:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

O quadro a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco:

Quadro 26: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

R\$ Mil			
Risco Operacional	% de Risco	Saldo	% de Participação
BB	100%	17.132.912	95,5
Compartilhado	50%	20.243	0,1
FCO	100%	695.873	3,9
Procera	100%	83.317	0,5
Total		17.932.345	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

10.3. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2013, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 17.932,3 milhões, sendo R\$ 17.734,7 milhões de parcelas vincendas e R\$ 197,6 milhões de parcelas vencidas.

Consequentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 1,1% (índice global) e 0,5% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco).

O quadro a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

Quadro 27: Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos - Índices de Inadimplência
Comparativo 1º Semestre de 2012 x 1º Semestre de 2013

R\$ Mil

UF	1º Semestre de 2012				1º Semestre de 2013			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
DF	1.279.529	190.566	1.470.095	13,0	1.435.501	18.689	1.454.190	1,3
GO	6.134.751	148.395	6.283.146	2,4	6.365.273	49.286	6.414.559	0,8
MS	3.623.530	163.238	3.786.768	4,3	4.351.172	32.458	4.383.630	0,7
MT	5.180.155	261.605	5.441.761	4,8	5.582.761	97.206	5.679.967	1,7
Total	16.217.965	763.804	16.981.769	4,5	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1

Setor	1º Semestre de 2012				1º Semestre de 2013			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
Empresarial	5.905.670	38.694	5.944.364	0,7	6.656.269	38.260	6.694.528	0,6
Rural	10.312.295	725.110	11.037.405	6,6	11.078.438	159.378	11.237.816	1,4
Total	16.217.965	763.804	16.981.769	4,5	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1

Risco	1º Semestre de 2012				1º Semestre de 2013			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
BB	15.320.045	73.385	15.393.429	0,5	17.049.213	83.699	17.132.912	0,5
Compartilhado	35.204	510	35.713	1,4	19.857	386	20.243	1,9
FCO	829.366	634.311	1.463.677	43,3	635.995	59.878	695.873	8,6
Procerá	33.351	55.599	88.950	62,5	29.642	53.675	83.317	64,4
Total	16.217.965	763.804	16.981.769	4,5	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2012 e ao 1º Semestre de 2013.

11. AUDITORIA EXTERNA

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2013 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 18.09.2013, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das

demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registra que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião sem ressalva.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, conforme descritas na Nota Explicativa n.º 3.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Por fim, a KPMG Auditores Independentes, quanto à auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores, registra que as demonstrações contábeis do Fundo, correspondentes ao semestre findo em 30.06.2012, continham ressalva quanto ao reconhecimento no resultado das rendas das operações de risco de crédito próprio em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias e em razão de o Fundo utilizar o valor estimado do saldo de rendas a apropriar para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre essas operações, em desacordo com as políticas internas do Fundo. No decorrer do 1º semestre de 2013, os procedimentos de registro da receita e o respectivo cálculo da provisão mencionado foram regularizados em relação à política vigente, e os valores foram devidamente ajustados e estão sendo reapresentados de forma retrospectiva, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 2.1.

12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MI E PELA SUDECO

No exercício de suas atribuições, o Ministério da Integração Nacional implementou, no decorrer do 1º semestre de 2013, por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), diversas práticas que tiveram impactos positivos sobre as operações do FCO. Com isso, foram identificados avanços significativos e marcantes na gestão do Fundo.

Exemplificando, o Ministério da Integração Nacional adotou medidas importantes com o objetivo de aperfeiçoar os normativos existentes, bem como viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e ao fomento de projetos de interesse do desenvolvimento regional, otimizar a aplicação dos recursos e melhorar o desempenho dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a saber:

- edição da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013: alterações importantes foram implementadas na execução dos Fundos Constitucionais, dentre as quais se destaca a definição dos encargos financeiros e do bônus de adimplência pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposta do MI, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esta medida também estabeleceu que o CMN definirá as condições em que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais poderão negociar dívidas contratadas com os recursos desses Fundos, dentre outras medidas;
- intensificação das ações de monitoramento do desempenho dos Fundos, com acompanhamento mensal dos resultados, de modo a diligenciar o melhor desempenho das carteiras, buscando incorporar conceitos intrínsecos da PNDR na política de aplicação dos recursos dos Fundos, mediante diferenciação na concessão de bônus, participação no financiamento além de outras condições oferecidas; e
- redução dos encargos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para 3,53% a.a. nas operações de investimento, no período de janeiro a junho de 2013, e para 4,12% a.a. nas operações de investimento, no período de julho a dezembro de 2013 (Resolução CMN/Bacen n.º 4.181, de 07.01.2013).

Dentre as demais ações desenvolvidas, destacamos as seguintes:

- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com os Governos dos Estados e do Distrito Federal, os Governos Municipais, o Banco do Brasil S.A., as demais Instituições Operadoras; o Sebrae e outros parceiros, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;
- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;

- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências;
- participação na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, em Brasília, de 18 a 22.03.2013, com o objetivo de apresentar os instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional administrados no âmbito do Ministério da Integração Nacional e inseri-los na discussão da elaboração de uma nova Política de Desenvolvimento Regional. O evento inédito contou com a participação de representantes do governo, sociedade civil, instituições de ensino superior e setor empresarial e consolidou propostas e diretrizes para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que será levada ao Congresso Nacional;
- participação no Agrob Brasília, de 14 a 18.05.2013, com a instalação de um estande do MI/Sudeco, onde foram distribuídas cartilhas sobre o FCO, realizados atendimentos individualizados a potenciais tomadores de recursos e realizadas palestras sobre as principais condições de financiamento do Fundo;
- participação em diversos eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO, a exemplo dos seguintes: Coletiva FCO, no dia 31.01.2013, em Brasília; Reunião na Embrapa Cerrados, no dia 21.02.2013, em Brasília (DF); Encontros nos Estados para divulgação dos resultados de 2012 e lançamento oficial do Cartão FCO Empresarial, nos dias 30.01 (MT); 07.02 (GO); 18.02 (MS) e 04.04.2013 (DF); Agrob Brasília, de 14 a 18.05.2013, em Brasília (DF); Seminário Nordeste Goiano, no dia 21.05.2013, em Alvorada do Norte (GO); Congresso Brasileiro de Clubes, em Brasília (DF), no dia 08.06.2013; e Reunião da Diretoria da Fibr, no dia 25.06.2013, em Brasília (DF);
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO;
- publicação anual 2013 “Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – Resultados e Principais Mudanças em 2012”;
- publicação “Sistema de Informações Gerenciais 2012”; e
- confecção e distribuição de folderes e cartilhas sobre o FCO.

12.1. Seminários FCO Itinerante

Como ocorre anualmente, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atentos à necessidade de cumprimento da programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, intensificaram a divulgação do FCO no exercício de 2013, por meio dos Seminários FCO Itinerante.

No 1º semestre de 2013, foram realizados 44 (quarenta e quatro) Seminários FCO Itinerante, a partir de uma parceria formada pelo Ministério da Integração Nacional, Sudeco, Governos Estaduais e Municipais, Câmaras Municipais, Instituições Operadoras do FCO, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), Sindicatos Rurais, Associações de Produtores Rurais e Comerciais e outros parceiros relevantes em nível local:

Quadro 28: Programação dos Seminários FCO Itinerante no 1º Semestre de 2013

UF	Município/Cidade	Data	Tipologia	Razão da Escolha
DF	Ceasa (SDE/DF)	15.03.2013	AR	RIDE
DF	Samambaia (CRCDF)	06.05.2013	AR	RIDE
DF	Brasília	15.05.2013	AR	RIDE
DF	Taguatinga/Águas Claras/Vicente Pires	16.05.2013	AR	RIDE
GO (Entorno)	Novo Gama	13.03.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Valparaíso de Goiás	14.03.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Cidade Ocidental	26.03.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Alexânia	10.04.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Abadiânia	11.04.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Planaltina de Goiás	17.04.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Formosa	18.04.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Luziânia	08.05.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Cristalina	09.05.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Água Fria de Goiás	22.05.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Mimoso de Goiás	23.05.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Cabeceiras	05.06.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Vila Boa	06.06.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Corumbá de Goiás	20.06.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
MT	Várzea Grande	01.03.2013	AR	Potencial sócio-econômico
MT	Guiratinga	07.03.2013	DMR	Tipologia
MT	Carlinda	13.03.2013	DMR	Tipologia
MT	Nova Canaã do Norte	14.03.2013	DMR	Tipologia
MT	Colíder	15.03.2013	DMR	Tipologia
MT	Apiacás	05.04.2013	DMR	Tipologia
MT	Itiquira	11.04.2013	EMR	Tipologia
MT	Poxoréo	12.04.2013	DMR	Tipologia
MT	Denise	18.04.2013	EMR	Tipologia
MT	Nova Olímpia	19.04.2013	EMR	Tipologia
MT	São José do Rio Claro	02.05.2013	DMR	Tipologia
MT	Porto Esperidião	16.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MT	Mirassol D'Oeste	17.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MT	Jauru	23.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MT	Pontes e Lacerda	24.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MT	Porto dos Gaúchos	06.06.2013	DMR	Tipologia
MT	Juara	07.06.2013	DMR	Tipologia
MT	Água Boa	13.06.2013	DMR	Tipologia
MT	Tapurah	27.06.2013	AR	Potencial sócio-econômico
MT	Ipiranga do Norte	28.06.2013	AR	Potencial sócio-econômico
MS	Novo Horizonte do Sul	03.04.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MS	Ivinhema	04.04.2013	DMR	Tipologia
MS	Costa Rica	24.04.2013	AR	Tipologia
MS	Paraíso das Águas	25.04.2013	EMR	Potencial sócio-econômico
MS	Deodápolis	22.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MS	Nova Andradina	23.05.2013	DMR	Tipologia

Cada um teve uma média de público de 100 pessoas, dentre empresários, produtores rurais e lideranças locais.

Por ocasião dos Seminários, foram realizadas palestras sobre as condições de financiamento do FCO e as formas de acesso aos recursos pelos principais órgãos e/ou entidades envolvidas, a exemplo do MI, Sudeco, Governos dos Estados, Sebrae e BB, bem como foram prestadas informações ao público em pontos de atendimento disponibilizados no local.

E o cronograma de Seminários não contou apenas com palestras, mas também com atendimento individualizado a potenciais tomadores, encontros com lideranças locais, entrevistas em rádios e televisões e visitas a empreendimentos financiados com recursos do Fundo.

13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada, com base na documentação fornecida pelo Banco, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1º semestre de 2013 (R\$ 2.703,7 milhões) representou 102,8% do montante previsto (R\$ 2.630,1 milhões);
- as contratações atingiram R\$ 2.826,7 milhões, o que corresponde a 107,5% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.630,1 milhões), e a 104,6% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.703,7 milhões);
- os R\$ 2.826,7 milhões aplicados no semestre beneficiaram, diretamente, as populações de 456 localidades, correspondentes a 97,6% do total dos municípios da Região (467);
- das contratações realizadas (R\$ 2.826,7 milhões), R\$ 452,1 milhões (16,0%) beneficiaram o DF; R\$ 1.076,2 milhões (38,1%) o Estado de GO; R\$ 627,0 milhões (22,2%) o Estado de MS; e R\$ 671,4 milhões (23,7%) o Estado de MT;
- as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 1.825,0 milhões, o que representa 64,6% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões);
- dos recursos aplicados (R\$ 2.826,7 milhões), R\$ 1.702,4 milhões (60,2%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.124,3 milhões (39,8%) o setor rural;
- as contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 137,1 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 5,4 milhões;
- as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 951,9 milhões, correspondentes a 55,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões), a 33,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões) e a 59,4% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.603,8 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini e pequenos produtores atingiram R\$ 184,9 milhões, consumindo 27,8% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 826,9 milhões, correspondentes a 100,4% do limite/teto respectivo;
- os financiamentos de custeio junto a pequeno-médios, médios e grandes produtores atingiram R\$ 74,4 milhões, consumindo apenas 9,0% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 83,3 milhões, correspondentes a 30,3% do limite/teto respectivo;
- as contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 418,7 milhões no 1º semestre de 2013, o que representa 57,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 732,1 milhões);
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 156,0 milhões, o que representa 50,6% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 308,2 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a PNDR, absorveram R\$ 1.023,3 milhões e R\$ 316,0 milhões, correspondentes a 36,2% e 11,2% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.339,3 milhões, o que representa 58,2% do montante

de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2013 (R\$ 2.300,8 milhões);

- os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.487,4 milhões, correspondentes a 52,6% do total contratado na Região;
- o DF e os Estados de GO e MT concentraram as aplicações em municípios de alta renda (84,6%, 64,8% e 42,4% respectivamente) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (70,0%);
- foram formalizadas 3.199 operações no montante de R\$ 452,1 milhões, sendo 2.587 operações no valor de R\$ 382,3 milhões no DF e 612 operações no valor de R\$ 69,8 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 69,8 milhões) representa 66,7% do previsto para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 104,6 milhões);
- 6.201 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 975,4 milhões;
- no 1º semestre de 2013, as instituições operadoras do repasse aplicaram R\$ 33,3 milhões, o que representa incremento de 86,0% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 17,9 milhões);
- das 28.599 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 4.963,1 milhões, 24.200 no valor de R\$ 2.826,7 milhões foram contratadas e 4.399 no valor de R\$ 2.136,4 milhões não foram;
- a carteira de financiamentos registrou, em 30.06.2013, saldo de R\$ 17.932,3 milhões, o que representa incremento de 5,6% em relação ao observado em 30.06.2012 (R\$ 16.981,8 milhões);
- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 1,1% (índice global) e 0,5% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco); e
- a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 18.09.2013, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais.

Cabe registrar que o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, atendeu às orientações contidas no Ofício n.º 097/2013/SFRI-MI, de 06.08.2013, do Ministério da Integração Nacional, permitindo, assim, o aprimoramento do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e da avaliação de desempenho do Fundo.

14. PARECER E RECOMENDAÇÕES

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, **com parecer da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) favorável à sua aprovação.**

Considerando as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos ao Condel **recomendar**:

- a) ao Banco do Brasil S.A. que, em articulação com os Governos dos Estados de Goiás e Mato Grosso e do Distrito Federal e com os demais administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envide esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel (item 8.6.3 retro); e
- b) ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel (item 8.8 retro).

CESAR AUGUSTO COURA GONÇALVES
Assistente – CGAC/DFRP/SFRI/MI

SIMONE APARECIDA SILVA RODRIGUES
Assistente Técnico – Sudeco/MI

IRIS CARLOS PINTO
Coordenador Substituto – CGAC/DFRP/SFRI/MI

HÉLEN CÁSSIA NUNES E SILVA
Coordenadora-Geral de Desenvolvimento da RIDE/DF e
Espaços Prioritários – Sudeco/MI

MAURÍLIO ALVES BARCELOS
Diretor Substituto do Departamento Financeiro e de
Recuperação de Projetos – SFRI/MI

JENNER GUIMARÃES DO REGO
Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais –
SFRI/MI

CLÉBER ÁVILA
Diretor-Superintendente Substituto – Sudeco/MI

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e à de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Publicado no **DSF** de 31/5/2014.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF